

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

A Sra. Vereadora Maria Manuela Morgado Pereira Palma Rodrigues esteve presente em substituição do Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

O Sr. Vereador Luís Alberto Miranda Custódio esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 7.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 a 10.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 11 e 12.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 15 de julho de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 242/20 – Proposta n.º 10/2020 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas da Cidade 2020.**
 - 3. Deliberação n.º 243/20 – Proposta n.º 60/2020 – DAF/DICONT – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 8.ª ao Plano de Atividades e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**

4. **Deliberação n.º 244/20 – Proposta n.º 61/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal.**
5. **Deliberação n.º 245/20 – Proposta n.º 62/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Escritura de justificação notarial do prédio urbano, sito na Rua do Rio, em Vila Fresca de Azeitão.**
6. **Deliberação n.º 246/20 – Proposta n.º 15/2020 – DCIRT/DIPRIC – Adesão do Município de Setúbal à plataforma TheMayor.eu – Portal Europeu das Cidades e dos Cidadãos.**
7. **Deliberação n.º 247/20 – Proposta n.º 16/2020 – DCIRT/DITUR – Protocolo para a dinamização de atividades no Ecoparque do Outão.**
8. **Deliberação n.º 248/20 – Proposta n.º 17/2020 – DCIRT – Venda de produtos de merchandising.**
9. **Deliberação n.º 249/20 – Proposta n.º 16/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento perpendicular à Estrada dos Campinos – Serralheira – Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.**
10. **Deliberação n.º 250/20 – Proposta n.º 17/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento situado entre o Km 19,143 e o Km 26,900 da anterior Estrada Nacional 379-1, Parque Natural da Arrábida – União das Freguesias de Setúbal e União das Freguesias de Azeitão.**
11. **Deliberação n.º 251/20 – Proposta n.º 18/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento perpendicular à Rua Vinha da Sardinha, Várzeas – Azeitão União das Freguesias de Azeitão.**
12. **Deliberação n.º 252/20 – Proposta n.º 19/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamentos situados entre a Rua Família Bronze e a Rua de São Gonçalo – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão.**
13. **Deliberação n.º 253/20 – Proposta n.º 20/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamentos situados entre a Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira e a Rua Dr. Agostinho Machado de Faria, Vila Nogueira de Azeitão – União das Freguesias de Azeitão.**
14. **Deliberação n.º 254/20 – Proposta n.º 21/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Arruamento situado entre a Rua Moinho do Frade e a Rua Camilo Castelo Branco, Bairro Trindade – Setúbal – São Sebastião.**
15. **Deliberação n.º 255/20 – Proposta n.º 22/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Arruamentos situados no Bairro Forte da Bela Vista – Setúbal – São Sebastião.**
16. **Deliberação n.º 256/20 – Proposta n.º 23/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Arruamento situado entre a Rua Dr. António Manuel Gamito e a Avenida da Europa – Setúbal – União das Freguesias de Setúbal.**
17. **Deliberação n.º 257/20 – Proposta n.º 24/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Arruamentos situados no Parque Urbano da Várzea – Setúbal – União das Freguesias de Setúbal.**
18. **Deliberação n.º 258/20 – Proposta n.º 25/2020 – DURB/GAGEF – Alteração às especificações do Alvará de Loteamento n.º 1/18 – Aclaração das confrontações do lote noventa e oito, para efeito de registo.**
19. **Deliberação n.º 259/20 – Proposta n.º 12/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2020 – DRH/DIGAT/GC contra Daniel Crispim Gomes Quintas.**
20. **Deliberação n.º 260/20 – Proposta n.º 13/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 2/2020 – DRH/DIGAT/GC contra João Carlos Manita Coito.**
21. **Deliberação n.º 261/20 – Proposta n.º 14/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 3/2020 – DRH/DIGAT/GC contra Fábio Ruben Campos Varela.**
22. **Deliberação n.º 262/20 – Proposta n.º 15/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 4/2020 – DRH/DIGAT/GC contra José Joaquim Tavares Antunes.**

23. **Deliberação n.º 263/20 – Proposta n.º 09/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião.**
24. **Deliberação n.º 264/20 – Proposta n.º 10/2020 – GAF – Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia do Sado – Apoio para aquisição de viatura pesada com grua para recolha de monos.**
25. **Deliberação n.º 265/20 – Proposta n.º 11/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal.**
26. **Deliberação n.º 266/20 – Proposta n.º 24/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Sr. Smyle Campos Ornela.**
27. **Deliberação n.º 267/20 – Proposta n.º 25/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Sr. Alberto dos Santos Pinto Leite.**
28. **Deliberação n.º 268/20 – Proposta n.º 26/2020 – DOM/DIHAB – Contrato de comodato entre o Município de Setúbal e a Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa.**
29. **Deliberação n.º 269/20 – Proposta n.º 27/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro Pote D'água – Rua José Luciano de Carvalho, N.º 9 – R/C E.**
30. **Deliberação n.º 270/20 – Proposta n.º 11/2020 – DAAE/GAPAE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2019/2020.**
31. **Deliberação n.º 271/20 – Proposta n.º 12/2020 – DAAE/GAPAE – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2020.**
32. **Deliberação n.º 272/20 – Proposta n.º 14/2020 – DAAE/SEMBEA – Projeto de Regulamento de Voluntariado do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Setúbal.**
33. **Deliberação n.º 273/20 – Proposta n.º 15/2020 – DAAE/DIHU – Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal.**
34. **Deliberação n.º 274/20 – Proposta n.º 59/2020 – DCDJ/DIDES – Apoios Financeiros aos Programas de Desenvolvimento Desportivo Matriz 2020.**
35. **Deliberação n.º 275/20 – Proposta n.º 60/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio ao XVI Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2020.**
36. **Deliberação n.º 276/20 – Proposta n.º 61/2020 – DCDJ – Fixação de preço de obra para venda ao público – Ratificação.**
37. **Deliberação n.º 277/20 – Proposta n.º 62/2020 – DCDJ – Apoio financeiro para obras de beneficiação da sede da União Desportiva e Recreativa Casal das Figueiras.**
38. **Deliberação n.º 278/20 – Proposta n.º 21/2020 – DES/SEMAPE – Acordo de Colaboração para remoção de materiais de construção com amianto na sua composição da Escola Básica de Aranguez, Escola Básica de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e Escola Secundária Dom Manuel Martins, ao abrigo do Despacho n.º 6573-A/2020, de 23 de junho.**
39. **Deliberação n.º 279/20 – Proposta n.º 22/2020 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019- 2021.**
40. **Deliberação n.º 280/20 – Proposta n.º 13/2020 – DAAE/DIAES – Denúncia de protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Centro de Estudos de Direito do Consumo.**

h

41. Deliberação n.º 281/20 – Proposta n.º 03/2020 – GAV PSD – Medidas excepcionais e temporárias de apoio aos municípios no âmbito da infeção epidemiológica COVID-19, a adotar pelo Município de Setúbal – em matéria de apoio à habitação.

C) Período destinado à intervenção do público.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento dos mapas relativos aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu gabinete, do Departamento de Administração Geral e Finanças, do Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e do Departamento de Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º s 14 a 18.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 19.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 20.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 21.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 22.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira no âmbito do Departamento de Educação e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 23.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 24.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria dar nota de uma situação que já tinha trazido algumas reuniões atrás, no ano passado, relativa a uma rua sem nome que tinha o seu início junto à Avenida Jaime Cortesão, próximo da Praça Olga de Moraes Sarmiento, nas traseiras da farmácia, e terminava na Avenida Infante Dom Henrique, ao lado do Café Versalhes, prédio n.º 9. Essa via tinha uma configuração em “L” e tinha sido criada na altura da

construção daqueles edifícios, para dar acesso aos armazéns e garagens que eles tinham na cave e, também, depois, com a construção dos passeios e a criação de algum estacionamento, para dar acesso a esse estacionamento.

A questão era que essa via, pela sua configuração, era demasiado estreita para ter circulação nos dois sentidos. Tinha curvas de 90 graus sem visibilidade, pelo que a circulação nos dois sentidos trazia naturais dificuldades a quem ali circulava. Era uma via cuja utilização fazia sentido ser feita apenas no sentido de quem entrava pela Avenida Jaime Cortesão e saía, depois na Avenida Infante Dom Henrique. Fazia sentido ser dessa forma, para quem queria circular e, depois, utilizar os prédios quase que de uma forma rotativa, porque pretendia estacionar daquela zona.

Da forma como a via atualmente estava, com circulação nos dois sentidos e com esses ângulos de 90 graus com pouca visibilidade - até porque era comum o estacionamento em cima do passeio, pela grande falta de estacionamento que existia na zona -, já por diversas vezes tinham estado alguns acidentes perto de acontecer.

Portanto, voltava a deixar a sugestão de que nessa via fosse colocada a sinalização de trânsito em sentido único, com entrada pelo acesso à Avenida Jaime Cortesão, por trás da Farmácia Rodrigues Ferreira, e com saída junto à Pastelaria Versalhes, na Avenida Infante Dom Henrique, da mesma forma e pelos mesmos motivos que já tinha acontecido nos edifícios que ficavam perto do LIDL do Bairro do Liceu, em frente ao novo Parque Urbano da Várzea, numa rua de cujo nome não se lembrava.

Queria, também, aproveitar para colocar uma questão que se prendia com a utilização dos parques infantis na cidade. A DGS, nas suas recomendações, não inibia os municípios de abrirem à utilização das crianças e das suas famílias os parques infantis. O Município de Setúbal, pela última nota que tinha visto disponibilizada no seu site, apesar desse não impedimento por parte da DGS, tinha - a seu ver, bem - restringido a utilização e, portanto, mantinha o impedimento da utilização dos parques infantis da cidade.

A questão que gostaria de colocar era se os parques, naquele momento, já tinham reaberto ou se se previa que reabrissem num breve espaço de tempo. Deixava essa questão pelo seguinte: O parque infantil que existia no Parque do Bonfim tinha sido recentemente remodelado - e bem -, com equipamentos que traziam, certamente, muita alegria às crianças que pudessem utilizar e tinha sido recorrente nos dias de maior calor que as famílias, quer ao fim-de-semana quer mesmo durante a semana, ao final do dia, utilizassem, de uma forma muito intensiva, aquele espaço.

Sabia que o espaço tinha estado encerrado, mas vedado apenas com uma fita. Infelizmente, era fácil, para quem tivesse algum desrespeito para com a situação que estávamos a atravessar e para com o impedimento de utilizar o espaço, retirar a fita e começar a utilizar o espaço. Quem chegava e não via a fita e não via nenhuma nota que pudesse indicar o impedimento de utilizar o jardim utilizava-o de boa-fé.

A questão era que passava ali com bastante regularidade e ficava um pouco desconfortável por ver a forma como, na situação de pandemia que estávamos a atravessar, apesar de ser um espaço ao ar livre, aquele espaço tinha uma grande utilização, com muita gente, o que era normal, com as crianças sem distanciamento físico, sem aquilo que seriam, hoje em dia, as medidas normais de distanciamento e de alguma salubridade.

Portanto, queria, apenas, colocar essa questão, se o parque, efetivamente, já tinha sido reaberto ou não e, não tendo sido oficialmente reaberto, deixar a sugestão para que pudesse ser vedado não com uma fita, mas com baias, que eram mais difíceis de desviar, apesar de ser possível, mas que, se fossem desviadas, ficavam lá ao lado e, certamente, chamariam a atenção de quem, na sua boa-fé, vir o parque aberto e não souber que a sua utilização não estará permitida.

Sra. Presidente – Agradeceu ao senhor vereador e disse que era extremamente pertinente essa questão. Às vezes, também se perguntava se já tinha reaberto ou não e, depois, esquecia-se de perguntar aos serviços, porque, nalguns parques, via já crianças e no do Bonfim era um deles. Já havia crianças ali a brincarem e noutros estavam mais protegidos e

estavam mesmo encerrados. Era, de facto, pertinente, mas ia já ver isso, antes que lhe passasse outra vez.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era sobre um assunto muito curto, que, por acaso, se tinha esquecido de trazer à reunião da Câmara. Confessava a sua falha. Alguns munícipes tinham-lhe chamado a atenção para um terreno que estava entre a Rua Acácio Barradas e a Rua Frei António das Chagas, que dava acesso àquele equipamento da Misericórdia de Setúbal. Havia um terreno que, claramente, lhe parecia ser um terreno privado, que tinha um conjunto de entulhos e lixo, que não era visível a partir da rua, mas era visível para todos aqueles moradores.

Segundo relato dos próprios moradores, já estava ali havia 20 anos. Não sabia se a Câmara, eventualmente, já tinha notificado, ou não, o proprietário, mas, eventualmente, passaria por esse primeiro passo.

Queria dar apenas essa nota, porque já havia algum tempo que lhe tinham chamado a atenção para isso e já o deveria ter feito em anteriores reuniões da Câmara.

Sra. Presidente – Disse que havia coisas que não era para responder, era para ir saber o que é que se estava a passar e para resolver. Agradeceu por terem sido colocadas.

Quanto à rua que não tinha nome, na lista dos topónimos havia tanta coisa para aplicar, tantos nomes disponíveis. Tinham tido havia pouco tempo uma reunião de Toponímia, mas ia ver isso rapidamente, e, também, os parques infantis e esses entulhos ao pé da Rua Acácio Barradas.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que, em resposta ao Sr. Vereador Nuno Carvalho, esse processo já tinha alguns anos e várias notificações, inclusivamente ao Ministério Público e ao tribunal. A pessoa não tinha querido pagar, porque a coima já ia alta e estava, naquele momento, em tribunal.

Sra. Presidente – Disse que tínhamos que ser nós a limpar e, depois, juntar isso ao processo. Além da coima que tinha que pagar também pagaria tudo o que tivesse custado à Câmara Municipal, porque aquilo não podia, de facto, ficar ali.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que também havia pessoas a morar numa das casas, mas estava, naquele momento, naquele pé.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento da ex-vereadora Fátima Lopes, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 25:

“Nascida a 27 de julho de 1956, e licenciada em sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Maria de Fátima Alves de Aguiar Lopes dedicou a sua vida à causa pública e à solidariedade e à proteção sociais dos mais vulneráveis, em particular no distrito e no concelho de Setúbal, onde exerceu diversos cargos públicos de relevo e deixa um importante legado social.

Iniciou o seu percurso profissional em 1983 como docente responsável da disciplina de Sociologia da Educação no curso de Educadoras de Infância da Escola Maria Ulrich, tendo ingressado posteriormente na carreira de Técnica Superior do quadro do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça desde 1988, onde exerceu funções de apoio técnico social no tribunal da Comarca de Setúbal. Foi coordenadora e impulsionadora do processo de constituição das Comissões de Proteção e Menores no distrito de Setúbal entre 1992 e 1996, delegada regional de Setúbal do Instituto Português da Juventude entre 1996 e 2002, e Diretora do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social entre 2005 e 2011. Esteve ainda ativa e diretamente envolvida na criação do projeto VIDA, na criação dos

4

Serviços de Apoio à Vítima em Portugal e na criação da equipa de menores de Setúbal, onde integrou as respetivas equipas técnicas de cada um destes projetos.

A sua incansável dedicação à causa pública levou-a, ainda a exercer as funções de vereadora, eleita pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal de Setúbal entre 2009 e 2013.

É, pois, com profundo pesar, consternação e enorme saudade que se toma conhecimento do seu falecimento, hoje dia 12 de agosto de 2020.

Assim, pela sua dedica e longa carreira de entrega e serviço à causa pública, com um importante legado e exemplo de solidariedade e proteção sociais no distrito e no concelho de Setúbal, os vereadores do PS propõem na presente reunião ordinária de 12 de agosto de 2020, que a Câmara Municipal de Setúbal delibere:

- a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas e profundas condolências.*
- b) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.”*

Sra. Presidente – Disse que se associavam àquele voto de pesar, como não podia deixar de ser. Era uma mulher de trabalho, combativa, convicta, determinada, que deixava, também, uma marca na cidade. Não tinha passado indiferente para ninguém.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria acrescentar ao voto de pesar, como “amigo que também sou” – não gostava do “era” -, que a Fátima Lopes tinha exercido o poder nunca se tendo servido do poder. Tinha exercido o poder para servir os outros. Esse era um legado que deviam deixar bem claro, de respeitar e de servir como exemplo a muitas outras pessoas. Como amigo, era com profunda consternação que a via partir, deixando uma falta e uma saudade, também, no seu coração.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associava, naturalmente, ao voto de pesar.

Sra. Presidente – Pediu ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal para ler o voto de pesar da Dra. Estefânia Campos, pela grande ligação que ela, como membro do Rotary Clube de Setúbal, tinha tido com o Projeto “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento da Dra. Estefânia Campos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, registado sob o n.º 26:

“Foi com grande consternação que tomámos conhecimento do falecimento da Dra. Estefânia Campos, membro do Rotary Club de Setúbal resultado de um grave acidente.

Estefânia Campos nasceu a 9 de janeiro de 1959 na Vila do Redondo, Distrito de Évora, casada com o médico Dr. José Neto de Campos, viveu desde sempre em Setúbal, mãe de 2 Filhos e avó de 2 netos.

Toda a sua vida profissional foi dedicada à área da fisioterapia, desempenhava funções nos últimos anos na qualidade de fisioterapeuta especialista no Hospital Nossa Senhora do Rosário – Barreiro.

Era uma Mulher apaixonada pela ajuda a quem mais precisava, de um sentido social que emocionava e uma serenidade de acção que a todos motivava com o seu sorriso franco, verdadeiro e aberto.

Deixa-nos o conforto de a sua marca ter estado em tantos projectos sociais sendo de destacar a nível internacional a sua participação nos anos de 1994-1995 em África participando numa missão rotária com o marido que recebeu a distinção máxima de Rotary International com o Prémio “Dar de Si Antes de Pensar em Si” num projecto de colocação de próteses em amputados devido às explosões.

A nível local, em particular em Setúbal, Estefânia Campos foi Presidente do Rotary Club de Setúbal no ano 2016-2017, liderou uma campanha de arrecadação de fundos para o Grupo de Apoio de Setúbal da Liga Portuguesa Contra o Cancro, entregou brinquedos a todos os

alunos na Escola Básica das Manteigadas e envolveu-se de alma e coração no equipamento da sala do projecto de saúde do Programa NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE.

Recordamo-la como uma mulher isenta, portadora dos mais altruístas valores humanos e éticos, com um sentido social que enobrece as suas mais variadas acções, o seu legado de serviço ao próximo é a maior garantia de futuro que a sua forma de estar será seguida pelo bom exemplo que foi para todos pela sua postura e conduta ao longo da vida é reconhecida como uma cidadã profissional exemplar.

A Câmara Municipal de Setúbal, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento da Dra. Estefânia Campos, endereçando à sua família e amigos/as e às diversas entidades que integrou ao longo da sua vida as mais sentidas condolências.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava ao voto pesar, de uma figura que também tinha sido importante no apoio social na cidade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que também se associavam ao voto de pesar.

Sra. Presidente – Pediu um minuto de silêncio, por aquelas duas grandes mulheres.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Nuno carvalho – Leu a seguinte saudação “*Pelo trabalho da Comunidade Educativa durante o surto epidemiológico*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, registado sob o n.º 27:

“A doença COVID-19 levou a que no dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarasse a emergência de saúde pública de âmbito internacional. Por sua vez no dia 11 de março de 2020 a mesma doença atingiu a classificação de pandemia.

São severos os efeitos provocados no processo educativo pela pandemia COVID-19 devido às necessárias medidas para o seu combate.

Este contexto afetou e afeta de forma transversal toda a comunidade educativa e as pessoas que a compõem.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o trabalho realizado por toda a comunidade educativa com todas as adaptações que foram necessárias com novos métodos de trabalho. A pandemia exigiu que o processo educativo se desenvolvesse com diferentes meios materiais, com novos horários e várias outras alterações que obrigaram vários profissionais e alunos a superarem diferentes problemas.

As orientações da DGESTE, DGE e DGS permitem que cada agrupamento de escolas, ou escola não agrupada, organize o funcionamento adaptando à realidade individual de unidade orgânica. Esta autonomia acarreta especial responsabilidade para as escolas, sendo essencial que esta decisão seja acompanhamento com os devidos meios humanos e materiais.

A saudação é extensível ao trabalho de preparação que é agora exigido com a preparação de um ano novo lectivo em condições que serão também diferentes pela circunstância da aplicação de normas e orientações da DGS.

A intervenção da Câmara Municipal Setúbal é igualmente fundamental, abrangendo o fornecimento de refeições escolares, a organização e gestão dos transportes escolares, a implementação e coordenação das atividades de enriquecimento curricular, a acção social escolar, a oferta de inúmeros projetos educativos, a manutenção das instalações e a colocação de pessoal não docente, entre várias outras atividades de parceria com a comunidade educativa.

Por todo o esforço até agora realizado a comunidade educativa é merecedora de uma saudação e “aplausos” da Câmara Municipal de Setúbal.”

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, como era evidente, aquela saudação não prejudicava uma saudação que se pudesse fazer pelo início do ano letivo da comunidade educativa, mas era importante deixar aquela mensagem, considerando aquilo que eram as circunstâncias.

A preparação, não só do próximo ano letivo, mas, também, aquilo que tinham sido as circunstâncias de todas as pessoas envolvidas, quer dos alunos, quer dos pais, quer dos professores, de toda a gente da comunidade educativa, naquilo que tinha sido o período de confinamento, também mereciam o seu aplauso, porque a educação era fundamental para qualquer comunidade e a nossa não era exceção.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que lhes aprazia muito que o PSD também tomasse a iniciativa de acompanhar aquilo que tinha sido a intervenção e a mensagem que a Câmara Municipal de Setúbal tinha passado, tanto no Conselho Municipal de Educação, nos conselhos gerais de todos os agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, na própria Assembleia Municipal de Setúbal e ali também.

Era, de facto, um reconhecimento que era merecido e uma saudação que era merecida para a comunidade educativa, no período que tínhamos atravessado. No final do ano letivo que tinha terminado nem tudo tinha corrido bem. Tinha havido questões que tinham corrido mal. As escolas, os agrupamentos e a comunidade educativa tinham uma apreciação crítica do que se tinha passado, mas assumia e orgulhava-se pela resposta que tinha sido conseguida, que se tinha conseguido dar na altura.

Naturalmente, acompanhavam aquela saudação, sendo certo que havia questões a que, até pela sua pertinência, valia a pena fazer referência naquele momento. Gostaria que as orientações da DGESTE, da DGE e da DGES permitissem, de facto, que se criassem as condições necessárias para as escolas funcionarem, no próximo ano letivo, com a serenidade, com a calma e com a segurança que mereciam e que as crianças e as pessoas que lá trabalhavam também mereciam.

Infelizmente, tinha sido um período de grande dificuldade de trabalho das direções das escolas, do conjunto dos professores, que tinham um conjunto de tarefas de encerramento do ano letivo e de preparação do próximo, e nem todas as orientações estavam ainda colocadas. Recordava que as questões de Educação Física, que era um elemento fundamental na formação dos jovens, as questões do desporto escolar, ainda não tinham orientações, por exemplo. Havia ainda dúvidas que subsistiam e havia dúvidas da capacidade, face aos recursos que estavam atualmente atribuídos às escolas, de dar resposta a questões que estavam presentes nas várias orientações.

Sem sombra de dúvida, que o esforço que estava a ser feito e as soluções que estavam a ser encontradas, com algum compromisso, entre a comunidade, com horários que, provavelmente, alguns encarregados de educação iriam estranhar um pouco, face àquilo que tinha sido habitual nos anos letivos anteriores. As coisas com certeza que iriam correr bem. Tínhamos a nossa comunidade educativa muito empenhada.

Uma precisão, só para constar, era que a Câmara Municipal de Setúbal não tinha responsabilidades na implementação nem na coordenação das atividades de enriquecimento curricular, eram da responsabilidade das direções de cada agrupamento. Quanto à colocação de pessoal não docente, apenas tínhamos responsabilidades no pré-escolar.

De qualquer forma, nenhuma das questões que tinha referido colocava alguma objeção a que acompanhassem aquela saudação, que era justa.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que não tinha esmiuçado essa parte, porque o papel da Câmara Municipal era muito transversal no que dizia respeito a isso. Portanto, direta ou indiretamente tinha essa participação. Achava que não valia a pena dizer, senão até parecia que era ao contrário e que não se fazia nada nas outras.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava àquela saudação. Aliás, o Partido Socialista tinha apresentado uma saudação semelhante uns

tempos atrás, reconhecendo o esforço e o trabalho de todos os agentes que estavam envolvidos e faziam parte da comunidade educativa e, também, reconhecendo algumas dificuldades que pudessem, eventualmente, ainda existir nas regras que estavam definidas, mas que ainda não estavam implementadas para o próximo ano.

Esperavam e tinham esperança e certeza de que quase tudo se ia decidir pelo melhor e rapidamente. Acompanhavam também essas preocupações, que eram de todos os pais, encarregados de educação e pessoal docente e não docente. Também eles, com a responsabilidade que tinham, acompanhavam, com a certeza que se iria resolver em tempo útil. Portanto, era só para dizer que acompanhavam a solução.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 15 de julho de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 242/20 – Proposta n.º 10/2020 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas da Cidade 2020

Sra. Presidente – Disse que queria deixar uma nota acerca de um lamentável ato de alguém que, indevidamente, tinha posto a proposta nas redes sociais - como se as pessoas tivessem que ser julgadas e votadas nas redes sociais -, só para achincalhamento e mais criação de ruído, como era normal. Não tinha outro efeito.

Era a primeira vez que isso acontecia. Lamentavam profundamente esse ato indigno, de quem tinha feito o favor de dar aquela proposta ao *“Coisas de Setúbal”*. Era indigno e estavam a ver, do ponto de vista jurídico, como é que iam atuar em relação a isso. Era uma proposta sigilosa até àquele dia, que tinha que ser discutida pelos órgãos municipais, naquele caso pela Câmara Municipal.

As pessoas envolvidas tinham-se visto expostas na rede social - se um merecia, se o outro não merecia. As pessoas não sabiam, nas redes sociais, porque é que essas pessoas tinham sido propostas e quem tinha que decidir eram aqueles que tinham sido eleitos pelos respetivos partidos ou coligações, naquele caso.

Tinha sido a primeira vez, em muitos e muitos anos, que isso tinha acontecido, essa fuga de informação. Portanto, estavam, naquele momento, a ver o que é que iam fazer, o que é que iam decidir, do ponto de vista jurídico, em relação a essa rede social, que achava que estava acima dos órgãos sociais, estava acima dos órgãos da do município e tinha o direito de fazer essa divulgação antes de uma reunião da Câmara. Portanto, iam tentar investigar, mas ficava ali a nota daquele lamento, que consideravam mesmo uma vergonha para quem administrava essa rede social, o bem que lhe ficava fazer um ato daqueles.

Quem eram eles para decidir que aquilo tinha que ser discutido em praça pública, de modo a inibir algumas pessoas que ali estavam? Uns, porque eram gente mais humilde: Por que é que aquela gente mais humilde estava ali ao pé de gente intelectualmente mais acima? As pessoas não estavam ali porque um era doutor e o outro era ferreiro. Estavam ali porque tinham feito qualquer coisa em relação à cidade que tinha sido importante e tinha sido relevante para a cidade e para os setubalenses. Por isso é que estavam ali e não pelo seu grau académico ou pelo seu título.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28.

Não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu-a a votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme lista anexa à presente ata, sob o registo n.º 29:

Medalha da Cidade

Medalha de Prata

- Club Naval Setubalense – Atribuída, por unanimidade;
- Marinha Portuguesa – Atribuída, por unanimidade;

Medalha de Honra da Cidade

Classe Atividades Culturais

- Paulo Jorge dos Santos Martins – Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto “não”;
- Idalina Veríssimo – Atribuída, por unanimidade;
- Lauro António - Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto “não”;
- Galeria Ratton - Atribuída, por maioria, com 8 votos “sim” e 3 voto “não”;
- Sara Prata - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 voto “não”;
- Ivo Santos (Smile) - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 voto “não”;
- Iolanda Rodrigues - Atribuída, por unanimidade;
- Deolinda de Jesus - Atribuída, por unanimidade;
- Piedade Fernandes - Atribuída, por unanimidade;
- Carla Lança - Atribuída, por unanimidade;
- Clemente - Atribuída, por unanimidade;
- Carlos Zacarias - Atribuída, por unanimidade;
- Ruy Ventura - Atribuída, por maioria, com 8 votos “sim” e 3 voto “não”;
- Manuel Carlos Casalão Zorro - Atribuída, por unanimidade;
- Isabel Gastan - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 voto “não”;

Classe Desporto

- APORVELA - Associação Portuguesa de Treino de Vela - Atribuída, por unanimidade;
- Herculano do Carmo Santos Oliveira - Atribuída, por unanimidade;
- Fernando Ferreira - Atribuída, por unanimidade;
- Adelaide Teresa Lopes Santos Botelho - Atribuída, por unanimidade;

Classe Associativismo e Sindicalismo

- AURPIA - Atribuída, por unanimidade;
- José Luís Bucho - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 voto “não”;
- Elísio Oliveira - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 voto “não”;
- Rui Manuel dos Santos Peixoto - Atribuída, por unanimidade;
- Rogério Ferreira da Silva - Atribuída, por unanimidade;
- Carlos Alberto Ribeiro da Silva - Atribuída, por unanimidade;
- António da Conceição Martins - Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto “não”;
- Associação Garrbage – Grupo de Ação pela Recolha, Reabilitação e Reutilização de Bens Aproveitáveis – Gerações Ecologistas - Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto “não”;
- Daniel Ferreira - Atribuída, por unanimidade;
- José Salazar - Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto em branco;
- Luís Fernandes - Atribuída, por unanimidade;
- Arlindo Mota - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 votos “não”;
- Júlio Adrião (a título póstumo) - Atribuída, por unanimidade;
- Ana Maria Figueiras Machete do Vale - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 votos “não”;
- Bernardo Costa Ramos - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 votos “não”;
- União Cultural Desportiva e Recreativa Praiense - Atribuída, por unanimidade;
- Joaquim Luísa Ferro Cláudio - Atribuída, por maioria, com 9 votos “sim” e 2 votos “não”;
- António Ribeiro Salgueiro Lourenço - Atribuída, por maioria, com 10 votos “sim” e 1 voto em branco;

h

- União Desportiva e Recreativa das Pontes - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Carolina Beatriz Saramago Nunes - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- UME - Unidade Militar de Emergências (Espanha) - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- ASELF - Associação Espanhola de Luta Contra Fogo - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";

Classe Paz e Liberdade

- Ralfo Formiga (a título póstumo) - Atribuída, por unanimidade;
- Sílvia Coelho Pereira Amália Maldonado (a título póstumo) - Atribuída, por unanimidade;
- Padre Manuel Vieira (a título póstumo) - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Padre Luís Ferreira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Padre Acílio da Cruz Fernandes - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Reinaldo Joaquim Tomásio - Atribuída, por maioria, com 8 votos "sim" e 3 votos "não";
- Ricardo Santos - Atribuída, por unanimidade;
- Justino António Teles Marques - Atribuída, por unanimidade;
- Luís Alberto Miranda Custódio - Atribuída, por unanimidade, não tendo o Sr. Vereador Luís Alberto Miranda Custódio participado na votação;
- D. José Ornelas - Bispo de Setúbal - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Padre Gusmão - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Rui Pereira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Eusébio Candeias - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim", 1 voto "não" e 1 voto em branco;
- Padre Lobato - Atribuída, por maioria, com 8 votos "sim" e 3 votos "não";
- Luís Fuzeta da Ponte - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Maria Teresa Oliveira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Bento António Galheto Passinhas - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Jerónimo Claudino Matias - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";

Classe Comércio

- João Raposo Nunes - Atribuída, por unanimidade;
- Eurípedes José Ferreira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Alberto Moreira Pereira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Marília Sousa - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- António Resende - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Pastelaria Capri - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Cecília Maria de Matos Martines Lourenço (Cilinha) - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Horácio Otílio Cipriano - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Confeitaria Triunfo de Setúbal - O Abrantes - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Pastelaria Bambu - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Adega dos Garrafões - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Restaurante Ramila - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Tasca do Galo - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Carlos Manuel Mendonça Encarnação - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Ourivesaria Pedroso - Atribuída, por unanimidade;
- Barbearia Bocage - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";

Classe Indústria

- Leonor Freitas - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- João Canhoto - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";

- Lúcia Sequeira - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Joaquim de Sousa Brito - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Bacalhã Vinhos - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Coca-Cola European Partners - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Carmona - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Gonvarri - Produtos Siderúrgicos, SA - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Ana Paula Caeiro Ramalho de Oliveira Morais - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";

Classe Ciência e Tecnologia

- Clara Félix - Atribuída, por unanimidade;
- António Chumbinho - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- José Manuel Domingues Poças - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Bárbara de Carvalho - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Bernardo Alabaça - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Joel Carlos Neto dos Santos Formiga - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Sália Maria Grilo Fernandes Tiago - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Ming Hsu - Atribuída, por maioria, com 8 votos "sim" e 3 votos "não";
- Luís Nicholson Lavrador - Atribuída, por maioria, com 9 votos "sim" e 2 votos "não";
- Jorge Maria Soares Lopes de Carvalho - Atribuída, por unanimidade;
- António Manuel Baptista Dias - Atribuída, por unanimidade;
- Maria Fernanda Oliveira - Atribuída, por unanimidade;
- CEIPC - Universidade Nova - Atribuída, por maioria, com 10 votos "sim" e 1 voto "não";
- Luís Carlos Bronze dos Santos Carvalho – Não atribuída, por maioria, com 2 votos "sim" e 9 votos "não";

Classe Turismo

- Paula Marranita - Atribuída, por maioria unanimidade;
- Vítor Costa - Atribuída, por maioria, com 8 votos "sim" e 3 votos "não";

3. Deliberação n.º 243/20 – Proposta n.º 60/2020 – DAF/DICONT – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 8.ª ao Plano de Atividades e 8.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que podia vir a repetir-se nesta reunião, mas que as repetições sobre esta matéria nunca seriam poucas.

Referiu que, na última reunião de câmara, fez duas intervenções que estão em ata, onde falou sobre a questão dos projetos de substituição das coberturas de fibrocimento das escolas, que sendo da responsabilidade do Ministério da Educação, o Município de Setúbal entendeu fazer todos os possíveis e os impossíveis para assegurar a sua substituição, substituindo-se ao Governo numa responsabilidade que é do mesmo. Aquilo tinha sido feito no âmbito de um programa promovido através de um despacho do conjunto dos Ministérios da Educação e da Coesão do Território que reprogramou uma série de verbas comunitárias para financiar, na altura a 100% afirmava esse despacho, essas substituições, sendo que os valores de referência eram insuficientes, foi isso que ali tinha sido afirmado e que foi sendo afirmado.

Mais tarde foram convidados pelo Sr. Ministro de Educação para participarem numa ação para a assinatura de um protocolo de colaboração com o conjunto das câmaras. A situação

foi denunciada nessa reunião, tendo em conta os termos do aviso que foi publicado e do próprio conteúdo da proposta do acordo de colaboração e informou-se, na altura, o Sr. Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo que, posteriormente, informou o Sr. Chefe de Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Educação de que não iriam estar presentes nessa cerimónia, que se opunham à sua realização. Já tinham até manifestado essa intenção antes de serem convidados e até o interesse em poderem assinar um acordo de colaboração para a câmara estar autorizada a intervir em escolas que não são da sua responsabilidade, caso contrário, não podiam fazê-lo.

Mas como se aquilo não fosse suficiente, numa jogada de pura tática eleitoral, a Federação Distrital do Partido Socialista fez sair um comunicado, logo após a realização da cerimónia no Município do Barreiro, onde dizia que as câmaras da CDU, incluindo Setúbal, não iriam aproveitar e não iriam participar naquele programa que permitiria a substituição das coberturas.

Disse que fez aquela intervenção ali porque estavam a propor uma alteração orçamental que permitisse à câmara avançar com o compromisso que assumiu perante o Governo, mas que a Federação Distrital do Partido Socialista sabendo disso, entendeu tornar público que não o iria fazer, procurando confundir os munícipes de Setúbal e procurando tirar os seus dividendos.

Até àquela data não se ouviu um desmentido por parte do Partido Socialista relativamente ao comunicado que tinha sido feito. Soube que outros municípios de outras câmaras da região tomaram posição e que, também na altura, a tomaram e que ainda estavam à espera desse desmentido.

Acrescentou que esperava que o voto favorável do Partido Socialista para aquela alteração orçamental correspondesse, de facto, a esse pedido de desculpas público que o Partido Socialista devia à Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente ao executivo da CDU.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Referiu que, na qualidade de vereador da Câmara Municipal e da bancada do Partido Socialista, estavam solidários com as tomadas de posição do Partido Socialista, como era óbvio, politicamente solidários, mas que tinham as suas posições próprias relativamente ao concelho de Setúbal.

As decisões que tinham sido tomadas pela Câmara Municipal e que eles tinham analisado e discutido em reuniões de câmara, assumiram essa responsabilidade enquanto vereadores. Não lhes competia ali responsabilizar outros órgãos do Partido Socialista pelas suas tomadas de posição. Qualquer das formas, aquilo vinha ao encontro daquilo que eram algumas intervenções tomadas em reunião de câmara pela CDU relativamente àquela matéria, se calhar, fora de contexto, um pouco precipitadas que, no fundo se veio a verificar que os programas existiam e que eram viáveis.

No fundo, obviamente, que estavam satisfeitos, enquanto vereadores e enquanto autarcas, que a CDU tivesse aderido aos programas do Governo e que efetivamente manifestaram sempre a intenção de fazer o melhor pelas populações e que desempenharam a sua função enquanto responsáveis pelo país, naquele caso, pela área da educação e noutras áreas.

Disse que a Câmara Municipal só tinha feito bem em aderir àqueles programas, como certamente, faria bem em aderir a outros programas e projetos que sairão do Governo e que se manifestem para o bem da população.

Mencionou que não tinham que comentar aquilo que saía dos órgãos federativos, porque se a Federação do Partido Socialista entendesse fazer uma retificação ou de emitir outro comunicado, que o faria certamente.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Solicitou um esclarecimento e colocou algumas questões.

A primeira questão foi se o protocolo só podia ser assinado na cerimónia.

A segunda questão, se o protocolo tinha que ser alterado ou se a câmara iria chumbá-lo. Era mesmo uma dúvida, não uma apreciação política.

A terceira questão que o preocupa particularmente era se assinassem ou aderissem àquele protocolo se acarretaria para o Município de Setúbal alguma obrigação. Acredita que fosse

importante lembrar aquele documento, se era que já o tinham visto ou não, sinceramente não se lembrava, porque se não o tinham visto era importante perceber um bocadinho daqueles contornos.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse não querer e que não ia antecipar a discussão da proposta da deliberação número 278/2020 que ia ser discutida naquela reunião e que tinha em anexo os termos do protocolo, os quais não foram alterados.

Recordou que o que foi dito e que foi informado sempre pelo Governo, e que o Presidente da Federação do Distrito de Setúbal do Partido Socialista era um membro do Governo, não tinha sido por acaso. Não foi por acaso que tinha dito aquilo, porque ele é que tinha tido a responsabilidade do comunicado.

Foi sempre informado, aliás, ainda não era público aquela iniciativa, a Câmara Municipal de Setúbal, através da pessoa do senhor vereador, em telefonema para o Senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo solicitou que realizassem o protocolo de colaboração que era exigido para se poder fazer aquelas intervenções. Mais, nessa data foram informados de que iriam ser convidados. Refletiu-se, naturalmente, sobre a questão e quando foram formalmente convidados deram a informação que, mesmo não estando de acordo com os termos do protocolo e nem com os termos como o aviso tinha saído, que não iriam estar na cerimónia, mas que tinham intenção de assinar o protocolo. Foi contra a utilização da mentira por parte da Federação do Partido Socialista, que se protestou, na altura, e que se voltou a protestar ali e continua-se a ver o Partido Socialista a tentar "sacudir a água do capote" do concelho de Setúbal para a Federação Distrital. Estavam a "pôr as mãos pelos pés e os pés pelas mãos", dando a entender que houve alterações nos termos e nas condições que permitiram à câmara fazer aquilo.

A câmara já tinha a intenção de o fazer e todas as intervenções que ali tinham sido feitas tinha sido para denunciar os termos em que aquele programa tinha sido anunciado e publicitado, mas mesmo assim a câmara iria fazer um esforço para resolver aquele problema que o Governo não tinha resolvido.

Aquela intervenção da Câmara de Setúbal e de outras câmaras tinha permitido criar outras condições, que não são as que estavam nos termos previstos com assunção, em termos públicos, com declarações de compromisso, nomeadamente no âmbito da Área Metropolitana, que tinham dado mais garantias, mas não tinham dado as garantias totais. Mas não era por isso que não se ia fazer aquilo que já se tinha intenção de fazer, o que era claro com aquela proposta e outra, que virá mais à frente no decorrer desta reunião.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não tinha intenção de intervir, até porque acreditava que o senhor vereador Fernando Paulino já tinha prestado os esclarecimentos devidos, mas face à insistência do senhor vereador Ricardo Oliveira, tinha que manifestar a sua opinião. O senhor vereador tinha intenção de assinar o protocolo, mas, como dizia a expressão popular, *"de boas intenções estava o inferno cheio"*.

A verdade era que o protocolo ia àquela reunião de câmara e a sessão, onde vários outros protocolos tinham sido assinados, inclusivamente por camaradas da CDU, inclusivamente, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares, já tinha decorrido havia mais de 15 dias. Referiu que as questões que se colocavam relativamente ao aviso que tinham a ver com o valor de referência de 55 euros/m², e que alguns municípios consideraram baixo, apesar do Ministério da Educação usualmente adjudicar aquele tipo de intervenção por valores até 55 euros/m², incluindo por valores abaixo, já tinha sido dado nota pelo Sr. Secretário de Estado, Carlos Miguel, que o voltou a fazer naquela cerimónia. Disse que se os senhores estivessem estado presentes teriam tido oportunidade também de o ouvir reafirmar que, independentemente daquele valor de referência, qualquer que fosse o valor pelo qual a obra fosse feita, esse valor seria participado a 100%.

Naturalmente que era de saudar que, finalmente, a questão do amianto e das coberturas de fibrocimento ficasse resolvida, não por uma substituição de responsabilidades porque quem pagava era o Governo, não eram valores que passariam necessariamente para o município.

Se o executivo da câmara tivesse aceite as transferências de responsabilidades, nomeadamente no que dizia respeito ao outro parque escolar, para além das escolas primárias, já seria uma competência do município, mas tinham entendido não o fazer.

As das escolas primárias, algumas tinham sido resolvidas através da recolha da cobertura de fibrocimento, outras tinham sido encapsuladas, o que tinha sido uma forma quase de empurrar o problema para a frente. O encapsulamento era uma forma de contenção, mas na verdade não resolvia definitivamente o problema, o que resolvia definitivamente o problema era a substituição da cobertura.

Tinha sido gasto dinheiro naquela altura porque encapsulou-se, pois, era uma solução mais barata e agora tinha que se gastar novamente dinheiro e tempo a retirar aquele material para que o problema ficasse definitivamente resolvido.

Disse que consideravam importante que o município tivesse decidido concretizar a sua intenção, como tinha dito o senhor vereador, a intenção de assinar aquele protocolo e de se resolver definitivamente o problema das coberturas de fibrocimento. Mas a verdade era que aquilo já podia ter sido feito, o protocolo já podia ter sido assinado. Na altura em que o comunicado da Federação do Partido Socialista tinha sido emitido o protocolo não estava assinado, nem tinha sequer ido a reunião de câmara, ia naquela reunião e já passaram mais de 15 dias. Disse não ver absolutamente nenhum motivo para a indignação do senhor vereador.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que o senhor vereador Joel Marques, com todo o respeito, deveria estar a brincar, porque era pouco sério da parte dele fazer o conjunto de afirmações que tinha feito, falar de uma intervenção de meados do ano 2000, em escolas de 1º ciclo da cidade, através da técnica de encapsulamento, que tenha sido empurrar com a barriga para a frente. Disse terem sido os termos que ali tinham sido utilizados.

Achou ser um desrespeito para com os técnicos da União Europeia e os técnicos nacionais que consideravam o encapsulamento uma solução viável e prevista no âmbito da diretiva europeia sobre as questões do fibrocimento.

Disse mais, que devia estar a referir-se, também, ao Ministério da Saúde sobre os Centros de Saúde, nomeadamente a Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, em Setúbal, que numa obra que era da responsabilidade do Ministério da Saúde tinha sido encapsulada.

Pelas palavras do senhor vereador Joel Marques, o Ministério da Saúde tinha “empurrado com a barriga para a frente” essa intervenção, tal como um conjunto de outras infraestruturas públicas da responsabilidade da Administração Central, tanto do Governo PS, como do Governo PSD, que fizeram as intervenções que, do ponto de vista técnico, tinham sido consideradas adequadas em cada momento.

Ficava ali registado que, de acordo com o senhor vereador Joel Marques, do Partido Socialista, aquilo era “empurrar com a barriga para a frente”, devia estar a brincar com aquele executivo, quando ali afirmava que se podia ter assinado e que já estava tudo resolvido, mas que só agora é que vinha àquela reunião de câmara.

Perguntou ao senhor vereador Joel Marques se já tinha visto o calendário das reuniões de câmara, se sabia em que dia é que a Câmara Municipal de Setúbal tinha recebido o convite e a proposta de protocolo, se sabia ou se tinha procurado saber, se sabia em que dia é que o vereador Ricardo Oliveira tinha tido uma reunião na Praça de Alvalade com o senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo para saber os termos em que estava previsto aquilo que era noticiado e que naquela mesma data daria a informação de que se estava a estudar muito seriamente em avançar com o projeto. Questionou, ainda, se se tinha informado ou se procurou informar-se sobre aquilo para fazer as afirmações extemporâneas que ali tinha feito, para tentar não assumir a responsabilidade daquilo que era um disparate. Era a única palavra que pode qualificar a parte da mentira, aquilo que foi o comunicado do seu camarada de partido, Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista e Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, agora, o Sr. Secretário de Estado Adjunto das Finanças e dos Assuntos Fiscais, que era um profundo conhecedor de tudo o que se passava na região.

h

Questionou se lhes estava a “atirar areia para os olhos” quando afirmou que a Câmara de Setúbal só naquele momento é que tinha vindo a terreiro, se estava a brincar com quem, porque não lhe reconhecia autoridade para poder ali fazer uma afirmação como aquela que tinha feito. Achou que tinha sido um profundo mau gosto para com o trabalho dos técnicos da Câmara de Setúbal, do Departamento de Obras Municipais e do Departamento de Educação e Saúde, que tinham tido intervenção no desenvolvimento daqueles projetos. Referiu, também, que deveria indicar qual era a Câmara Municipal, do país, a partir do momento que as coisas tinham sido aprovadas e publicadas, que imediatamente tinham os projetos e os processos concluídos.

Entenderam que não faziam parte de uma iniciativa de propaganda política, que era o que tinha sido a iniciativa no Barreiro, porque tinham afirmado, desde a primeira hora, que se iria acionar o protocolo e que aquele protocolo seria algo que era feito entre as partes, sem necessitar de grandes pompas e circunstâncias, de anúncios de tudo e quase nada. Disse-lhe que, apesar de terem sido feitas garantias que a Área Metropolitana de Lisboa, ou o Conselho Metropolitano de Lisboa, o valor de referência dos 55 euros, não seria o problema e que seriam financiados na totalidade. O que continuava escrito no aviso e que não estava previsto ser alterado era o valor de referência, os 55 euros, quando já todos tinham feito procuras no mercado e se sabia que com os 55 euros não era possível fazer-se a obra. Denunciou-se, também, que era pela primeira vez que saía um aviso em que se afirmava que para ser elegível tinha que já estar a obra adjudicada. E aquele tinha a intenção de alterar, mas ainda não o tinham alterado.

Disse ao senhor vereador Joel Marques que, às vezes, mais valia estar calado e com o silêncio manter alguma dignidade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Confessou que não estava a perceber com clareza a questão, porque tinham um outro ponto em discussão da proposta, mas uma vez que se estava a antecipar um bocadinho a discussão do ponto mais à frente, disse queria dar nota de algo que era bastante importante.

Mencionou que a questão do amianto, em primeiro lugar, não se cingia apenas às escolas e que era uma questão bastante séria. Disse ter a sua apreciação da forma como tudo foi publicitado e anunciado e que não era minimamente positiva. À parte disso, era legítima e podia ocorrer, mas, acima de tudo, era secundária face à importância. Existia uma série de edifícios públicos que tinha que ser intervencionada, não eram só as escolas, e que qualquer estratégia de intervenção não devia ser só sobre as escolas.

Evidentemente que poderiam considerar mais importante por haver crianças, por haver professores, mas também existiam pessoas nos outros edifícios e que era um assunto que deveria ser tratado com maior equidade possível. Referiu que se, fosse aplicado algum tipo de critério, então que fosse aplicado o critério de urgência, mas com alguma característica técnica, que era algo que aquilo não tinha.

Disse que aquela situação era imputável, que era muito urgente àquele Governo, ou parcialmente imputável àquele Governo pela demora que existiu na saída do amianto dos edifícios públicos e que ainda não estavam todos livres, por isso é que estavam a tratar daquela matéria, falando só nas escolas e falando daquilo como se o resto não tivesse que ser resolvido, o que até ficaria mal a todos. Mencionou que a sua intervenção só se referia a isso, porque a questão do amianto era muito séria, era muito importante e muito mais abrangente e que se fosse esquecida ficariam todos mal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que acompanhava a intervenção do seu camarada Ricardo e também do vereador Nuno Carvalho.

Disse que a questão mais relevante era mesmo o amianto, não eram as tricas do PS, nem os bicos de pés do PS, a questão do amianto é que era a questão central.

Referiu que qualquer ignorante podia ser especialista, porque não sabia e podia dizer o que viesse à cabeça.

Relativamente ao encapsulamento, disse que era uma medida de proteção segura do amianto com garantia de 10 a 15 anos. Portanto, o que a câmara tinha feito foi resolver o problema do amianto com uma solução, que era a solução técnica e cientificamente adotada.

Naquela fase decidiram eliminar o próprio amianto, porque assim não se iria “empurrar com a barriga” e ganhavam tempo para conquistar fundos para poder fazê-lo.

Em relação à questão do protocolo, disse que mais importante que o protocolo era trabalharem na solução do problema e que, naquele momento, tinham os projetos concluídos e que tinham aberto a consulta pública para as três escolas. Estavam ali 85 mil euros com IVA, a 60 dias a Escola Secundária Dom Manuel Martins. Estavam ali 19.185 euros, a 60 dias para substituição da cobertura de fibrocimento da Escola Básica 2, 3 de Azeitão. Estavam ali, para substituição da cobertura de fibrocimento da Escola Básica 2, 3 de Aranguez, com consulta prévia, 100 mil euros. Estavam em consulta pública, não estavam na chicana política e essa consulta pública iria trazer uma resposta dos empreiteiros que iam fazer a obra. A par disso tinham que assinar um protocolo, mas a questão fundamental era fazer aquilo para tratar do fibrocimento e foi o que tinham feito e não tinham entrado no *show-off* do Partido Socialista.

Não existia nenhuma entidade da comunidade escolar que aceitasse como natural que se retirasse o telhado de fibrocimento e se colocasse outro sem fazer trabalhos associados a essa mudança, o que implicava que a intervenção que não era só o telhado, era a parte de baixo do telhado, porque ia mexer em estruturas e em várias coisas.

O valor atribuído era ridículo. Relativamente às escolas em causa, para além da situação do fibrocimento, e já tinham ido ver, os técnicos já lá tinham estado, no decorrer da intervenção iriam aparecer patologias que iriam ser descobertas e iria ser exigível que se fizesse outro tipo de intervenção complementar. Disse estar a referir-se sempre na zona de cobertura e zonas acessórias. O dinheiro previsto para o protocolo não chegava, apesar da afirmação verbal de que seria pago a 100%, e que pela experiência que tinha com o Governo, o qual tinha vindo até com a história da adjudicação prévia até ao protocolo, era uma experiência que tinha que ter as regras todas escritas, preto no branco, para se poder conversar a sério e saber-se com o que poderiam contar e não com as palavras do Ministro ou de um Secretário de Estado que poderiam sair a qualquer momento e quem viesse depois dizer que não tinha sido ele que prometeu. Já estavam mais que habituados e por isso é que devia estar tudo escrito, preto no branco.

Independentemente desses custos que tinha acabado de referir, disse que havia um custo que não estava a ser considerado e que era um custo que a câmara estava a assumir, os trabalhos técnicos de preparação de todas as empreitadas, fiscalização e acompanhamento das mesmas. Sendo muito trabalho técnico, tinham muito valor financeiro, o qual não tinha sido pago, mas assumiram, mesmo que pagassem a parte da empreitada a 100%, nunca seria 100%.

Deixar claro que aquela conversa estava a acontecer à volta das escolas e não à volta de outros edifícios públicos, que eram aos milhares e que eram da responsabilidade do Governo. As escolas tinham um potencial fantástico de chicana política, porque iam passar para os municípios, o que permitia uma grande pressão sobre os municípios para que estes cedessem a essa pressão e avançassem com o processo de uma forma diferente. Disse que não via essa pressão sobre os milhares de outros edifícios públicos que tinham problemas de financiamento e que eram da responsabilidade do Governo.

Em relação à parte do executivo, tudo o que era da sua responsabilidade ou tinha sido substituído integralmente, ou tinha sido encapsulado e, naquele momento, seria retirado tudo, portanto, tinham o processo limpinho, direitinho e como devia ser, o Governo é que não e tinha aproveitado aquela onda das escolas, a onda das transferências de competências para fazer aquela chicana.

Dirigindo-se ao senhor vereador, disse que achava que era muito feio fazer chicana política à volta de uma questão tão séria e que era pena que acontecesse ali porque mencionou quais os passos concretos que iam ser dados para resolver o problema do amianto. Isso é que era

relevante e isso é que tinha que ser resolvido e que tinha que ser garantido por todas as partes com as especialidades de cada uma das partes

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que poderia prescindir da palavra, porque quer o senhor vereador Ricardo Oliveira, quer o senhor vereador Carlos Rabaçal tinha feito a intervenção por ele.

O encapsulamento era uma técnica de contenção que tinha um prazo de validade de 10 a 15 anos, de acordo com o que o senhor vereador Carlos Rabaçal ali tinha dito. Se agarrasse numa cobertura de fibrocimento e a encapsulasse iria resolver o problema por 10 a 15 anos, certamente não resolvia de forma definitiva, ou seja, seria empurrar a resolução definitiva para a frente.

Referiu que o senhor vereador tinha-lhe chamado gestão e que podia chamar-lhe aquilo que quisesse.

Relativamente ao que o senhor vereador Ricardo Oliveira disse, já de forma bastante clara, que não queria participar na cerimónia de assinatura do protocolo, o que era perfeitamente válido, não era obrigado a lá estar. Transformar essa vontade de não estar presente, tal como outros municípios não estiveram e outros estiveram, inclusivamente alguns do PCP, pelo menos o Município de Loures fez-se representar e assinou naquele dia o protocolo definido, num episódio de chicana política, por entender que não era o melhor momento, que não seria apetecível estar presente na cerimónia em que os municípios tiveram e em que aqueles protocolos foram assinados, estava no seu pleno direito.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que aquela questão estava mais que discutida e já todos tinham percebido que só havia razões políticas por detrás daquela questão que não deviam existir. Estavam todos de acordo com as intervenções, quer do vereador Nuno Carvalho, quer do vereador Carlos Rabaçal, quer do vereador Ricardo Oliveira, que o importante era erradicar o amianto das escolas, era o ponto principal e mais importante daquelas questões.

O importante, realmente, era tirar o amianto das coberturas das escolas e dos outros edifícios, mas lembrou, também ao vereador Nuno Carvalho, que foi na resolução 24, de 2003, havia 17 anos, que foi aprovado que era necessário retirar o amianto dos edifícios públicos. Já tinham passado alguns governos desde essa altura e só naquele momento aquela solução tinha sido tomada e aqueles protocolos tinham sido elaborados e assinados, e ainda bem, pela Câmara Municipal.

O Partido Socialista não estava a fazer chicana política, o Partido Socialista tinha feito protocolos para os municípios aderirem e bem, e a Câmara Municipal estava aderir e bem, só que, antes daquela adesão, houve realmente ali uma política partidária, política que se entendeu que se fizesse e que era necessária até ser feita por alguns partidos, na democracia era assim que funcionava.

Disse que não tinha sido o Partido Socialista que fizera chicana política, mas o executivo, porque tiveram o protocolo e agora aderiram, e bem, por acharem que o protocolo era bom. Mesmo antes, quando o criticaram...

Disse que era verdade, que era uma questão política, mas que não tinham que criticar, porque ele não estava a criticar.

Respondeu ao senhor vereador que não estava a criticar, que era política e que cada um tinha que assumir as suas posições políticas. Referiu que o senhor vereador tinha dito que a Federação do Partido Socialista quando tinha feito aquele comunicado estava a fazer política de mentira, mas que também podia catalogar as posições do executivo CDU, mas não o ia fazer.

Disse que o executivo tinha assumido isso como política partidária, da maioria que estava na Câmara Municipal e que entenderam, e bem, aderir a um protocolo que já estava feito e que já tinham conhecimento, mas que tiveram necessidade de dizer mal. Era só aquela a questão que tinha estado ali em cima da mesa, mas ainda bem...

Dirigiu-se à Sra. Presidente e disse que era verdade. Era difícil de admitir, mas ainda bem que tinham aderido, ainda bem que a solução estava tomada, ainda bem que se iam resolver os problemas.

Voltou a dizer que não havia ali chicana política e que também não valia a pena estarem a entrar por esse caminho.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que tinham que ter autorização do Ministério da Educação para poderem fazer a obra. O protocolo era um documento, uma declaração em que o Ministério da Educação autorizava a Câmara Municipal de Setúbal e responsabiliza a Câmara Municipal de Setúbal a fazer a obra que competia ao Governo fazer na sua casa. Disse que não aderiram a nada, que iam fazer o procedimento administrativo necessário para se poder fazer a obra.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Respondeu que era com os meios do Governo, com as transferências que tinham vindo do poder estatal.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Replicou que era da União Europeia e que se tivesse lido o aviso e o despacho tinha visto que não tinha saído um cêntimo do Orçamento de Estado.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que fosse da União Europeia, mas que os senhores tanto tinham criticado e que afinal servia para alguma coisa.

Respondeu que o protocolo referia a existência de uma comissão de acompanhamento e que essa mesma comissão se ia responsabilizar pelas obras.

Dirigindo-se ao senhor vereador Carlos Rabaçal, disse-lhe que mesmo mudando o ministro, ou o secretário de estado, havia essa comissão de acompanhamento que garantia a efetivação da obra. Disse estar lá tudo escrito, que não valia a pena fazer se chicana política.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse ao senhor vereador Fernando Paulino, que nunca tinha pensado em transformar aquilo numa questão acerca do que era a atuação do Governo PS naquela matéria, mas que quando proferiu que aquilo tinha vindo de uma resolução havia 17 anos, podia se estar ali 17 horas a descrever a dimensão do problema.

Referiu que o fundamental era perceber que aquela situação não se resumia às escolas e que a responsabilidade dos governos era algo muito importante e, às vezes, só quando aconteciam calamidades, como infelizmente já tinha acontecido algumas em Portugal, como infelizmente aconteceu em Beirute, é que todos se lembravam o que se tinha para fazer.

Não era tanto mais ou tanto menos, era porque as calamidades ocorriam...

Disse que era um assunto muito sério, que estava mesmo a falar a sério. Que era daquele tipo de questões que atacava e afetava as pessoas aos poucos, que era uma calamidade silenciosa e que estavam a brincar com as suas pessoas, porque isto não tinha a ver com o Governo “A”, “B” ou “C”, nem com as resoluções de havia 17 anos, aquilo que ali estava era uma treta, era uma treta.

Não se dedicava ali a atacar o Governo PS, mas que os membros da sua bancada tinham que ter noção de uma coisa, que o que estava ali era uma gota de água do que tinha que ser feito no que dizia respeito ao amianto, o que seria fundamental.

Mencionou que ao dizerem “Resoluções de havia 17 anos” e depois irem falar com uma pessoa que tinha problemas de saúde, iriam ver a resposta que recebiam.

Referiu que as calamidades não eram só aquelas que aconteciam num dia com uma explosão, o que estava ali era muito perigoso e todos deviam se preocupar com aquilo. Referiu, ainda, que não se desculpavam em anúncios para escolas, quando aquilo era uma gota de água e não andavam a falar em resoluções de havia 17 anos, porque existiam bem mais do que aquilo ou de tarefas para o Governo fazer, bem como listar edifícios que não tinha disposto cá para fora e que não estavam feitos, não estava nada feito.

h

Com toda a sinceridade questionou se era fundamental estar ali a atacar o Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista, se era fundamental estar ali a atacar Mário Centeno, que era quem tinha aquela tarefa. Respondeu que não resolvia o problema das pessoas. Alertou para não serem os primeiros a usar o pior argumento que se poderia virar contra os próprios, porque era inútil.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Quis esclarecer o senhor vereador Nuno Carvalho sobre a referência que fez dos 17 anos, e disse que tinha que se vestir a camisola do partido.

Tinham entendido que era um assunto importantíssimo, que era demasiado importante, por isso é que o Governo tinha tomado aquela decisão e por isso é que a Câmara Municipal achou boa e aderiu, caso contrário, não tinha aderido, como não aderiu a outros protocolos. Voltou a dizer que a câmara aderiu e bem e que entenderam ser uma questão importante e que ninguém estava a querer chutar para canto ou não assumir as responsabilidades.

Referiu que aquele Governo tinha assumido essa responsabilidade e que iam aproveitar aquela oportunidade para remover, de vez, o amianto das escolas e depois dos outros edifícios, por ser uma necessidade e que concordava perfeitamente com o senhor vereador.

Questionou a afirmação proferida pelo vereador sobre ser morte silenciosa, ao que respondeu que era e que era preciso assumi-la com grande responsabilidade. Disse ser um passo, mas um passo importante para resolver um problema importante e grave. Disse que tinham que começar, porque aquele Governo já tinha começado. O município aderiu e bem, continuou a dizer, por não existir ali nada de mal, porque começou por criticar o protocolo que agora veio a aderir.

Sra. Presidente – Começou por mencionar o facto que se não dissesse nada que iriam pensar que estava doente.

Referiu que o que o senhor, responsável da Federação do Partido Socialista, fez era o habitual, era o que o Partido Socialista costumava fazer. Era a mistura, era a promiscuidade entre os responsáveis políticos com os membros do Governo. Era o habitual e que o Partido Socialista funcionava assim.

Disse que estavam a um ano das eleições e que estavam a misturar tudo e que aquilo não era inocente, que era um empurrãozinho.

Mencionou que era engraçado, porque se estavam a falar para todos os municípios e também para o Município de Setúbal, porque é que o Município de Setúbal estava um pouco à parte dos outros.

Disse haver um membro do Governo, um destacado membro do Governo, que agora era presidente da federação, que estava a misturar aquela coisa toda e atacar um município que tem a sua autonomia e que tem a sua legitimidade, porque eles normalmente quando estavam no Governo tentavam misturar e apagar aquilo que era a legitimidade e autonomia do Poder Local.

Mencionou, ainda, que o Partido Socialista, quando estava no Governo normalmente tentava misturar, apagar, colocar pessoas do Governo a intervir junto dos municípios como um militante normal. Disse já se terem habituado àquela misturada toda já alguns anos, mas que estava na hora de escolherem os municípios do Partido Socialista, onde o Partido Socialista era Governo, governo local, para fazerem as suas apresentações, os show-offs, a chicana política, etc., etc., etc.

Disse que não davam para esse peditório.

Informou que já tinham ali discutido isso e que já tinha sido ali mencionado pelo vereador Ricardo de que estavam empenhados, estavam disponíveis para ajudar o Governo na resolução do amianto.

Referiu que, segundo os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, assim como os serviços de outras câmaras municipais que já tinham feito as contas, 55 euros/m² para a remoção do amianto e a colocação de novo, era muito abaixo, os serviços camarários davam praticamente o dobro. Disse que todos os técnicos de todas as câmaras tinham dado o dobro, mas que não iriam ficar por aí e que era muito bom dizer que o Governo ia pagar tudo.

Questionou sobre o que é que o Governo ia pagar, sobre se o Governo pagaria a fiscalização da obra, o que era que pagaria aos técnicos que deixavam de fazer outras coisas, que eram da sua responsabilidade, de gestão do município, da gestão quotidiana, para irem fazer aqueles concursos.

Informou que levavam dias para preparar os cadernos de encargos, para preparar tudo aquilo, para colocar nas plataformas, levavam dias e às vezes semanas, mas que não era o Governo que ia pagar. O Governo servia se das câmaras municipais para a sua concretização político-partidária, era o que o Governo costumava fazer. Foi o que sempre tinha feito, não era de ontem, nem de hoje, foi o que sempre fez. Disse que até estavam disponíveis para, mas que não nos pisassem, que nos respeitassem.

Referiu que não era dizer que pagavam tudo, tinham que dizer quando e a que horas.

Questionou se era excecionado na dívida do município, se contava para os rácios do endividamento líquido, como era e quando pagavam.

Lembrou aos senhores vereadores do Partido Socialista, que quando aquele executivo ali chegou, em 2002/2003, tinha sido feita uma promessa aos pais dos alunos da Escola 2,3 de Aranguez, pelo Presidente da Câmara, na altura Mata Cáceres, para a construção do pavilhão, que presentemente lá existia. Evidentemente que os pais, assim que aquele executivo entrou, cobraram o pavilhão e questionou-se o Ministério da Educação sobre a situação. Na altura foi feito um acordo com o Governo Local, com a Câmara Municipal, sobre o pagamento do pavilhão de Aranguez, em que o ministério disse para se construir que eles depois pagavam. Andou-se anos à volta do ministério para ressarcirem esse dinheiro ao executivo. Aquela situação aconteceu porque aquelas situações nunca estavam dispostas nos protocolos, mas aquele caso até tinha sido prometido pelo Secretário de Estado, na altura, de que era pago logo no ano seguinte.

Em 2003, a situação financeira da câmara não era nada boa e mesmo assim conseguiu-se construir o pavilhão, um milhão e tal de euros foi quanto custou e o executivo viu-se aflito e ainda mais aflito para receber o dinheiro do pavilhão. Recebeu-se 200 mil e depois mais 500 mil, sempre a troco do dinheiro das refeições, e lá veio mais 200 mil e mais 300 mil.

Disse, outra vez, que o Partido Socialista que não era de fiar. Questionou onde é que estava escrito que se recebeu logo no orçamento a seguir ou no ano a seguir, por exemplo. Informou que não estava em lado nenhum.

Comunicou que o Governo ia pagar e graças à discussão pública, praticamente pública, da história do valor do metro quadrado pela remoção do amianto de muitas câmaras que não sendo da CDU, câmaras do Partido Social Democrata, câmaras do PS, que tinham contestado aqueles valores. Disse que se fossem só as da CDU, iam pagar a 55, e era se quisessem, porque nada era por acaso, estava se a um ano de eleições.

Então não fizessem as coberturas, para dizerem o que tinha dito o Presidente da Federação, o que tinha dito o vereador Joel. Foi discutido isso ali, foi dito ali na reunião em que o senhor vereador não estava, mas onde tinham estado outros vereadores, que o executivo estava disponível, mas não disponíveis para pagar o resto daquilo que fosse a mais do orçamento da colocação do amianto. Foi o que se tinha dito e logo a seguir, veio o convite para se estar num município do Partido Socialista, onde lá iriam estar os holofotes para a promoção partidária, a máquina do partido, a máquina do Governo a promover o Município do Barreiro.

Referiu que naquele dia a máquina do Governo estava a promover o Município de Almada com os jovens de Almada a limparem as praias, no outro dia tinha estado a máquina do Governo no Município do Montijo a fazer não sei quê. Era assim que funcionavam. Toda aquela situação era uma vergonha e tinha que ser denunciada.

Informou, ainda, que as redes sociais, também, eram uma máquina que funcionava assim. Nunca tinham dito que não faziam, disseram que o valor era curto e questionaram quanto era que pagariam, como é que iriam fazer ou como é que não iriam fazer. O que o executivo queria era que o Município de Setúbal ficasse sem amianto, mas em relação aos Centros de Saúde, à Segurança Social, em tantos outros sítios que ainda eram da responsabilidade do Estado, parecia que era o executivo o culpado. Dava a sensação que o Governo estava a oferecer e que o executivo não estava a querer resolver. O Governo é que nunca tina

resolvido aquilo que era da própria responsabilidade, como as escolas que não eram do executivo, mas se o executivo tivesse resolvido, se tivesse aceite as escolas havia mais tempo, como tinha dito o vereador Joel.

Questionou se sabia que algumas câmaras do Partido Socialista que tinham aceite a descentralização de competências, ainda no tempo do Primeiro-Ministro José Sócrates, passados 2 ou 3 anos já estavam a devolvê-las. Disse que Sintra devolveu-as havia pouco tempo e que Almada tinha-se preparado para devolver, mas não sabia se tinha chegado a concretizar. Não tinham aceite as competências porque o Governo não cumpria.

Informou que ali as descentralizadas, as do 2.º e 3.º ciclo e as secundárias, quando viessem para a câmara era previsto que viessem em 2021, tinha sido aceite mais um ano, para depois das eleições, porque era uma vergonha no ano das eleições essa descentralização ser feita. Se essa descentralização se concretizasse em 2022 vinha para a câmara cerca de 500 funcionários.

Desses 500 funcionários, alguns, por exemplo, os assistentes administrativos tinham o mesmo salário que os assistentes administrativos do município, mas os operacionais que estavam nos pátios com os miúdos ganhavam menos que os do município. Mas houve uma altura, quando eles quiseram fazer essa transferência, tinha-se colocado esse problema da diferença de ordenado. Agora essa situação já estava resolvida, o salário estava equilibrado. Inquiriu como era que, do ponto de vista dos recursos humanos, se geria toda aquela situação, porque tinham cerca de 1.700 trabalhadores e tinham cerca de trinta e tal funcionários nos recursos humanos, mas ao virem mais 500 pessoas, tinham que colocar mais funcionários nos recursos humanos, para darem apoio àqueles 500 que vinham.

Referiu que era uma situação impensável e voltou a questionar se faziam as contas a essa transferência de uma forma séria e transparente. Logo dizerem que se as transferências já tivessem sido feitas, a situação já estava resolvida. Não, não estava. Explicou que tinha se era despesas, dores de cabeça, pagamentos em atraso, o que tinha levado a que alguns municípios tivessem que devolver ao Governo as escolas, porque o dinheiro dos ordenados não chegava a tempo e horas, porque as pessoas tinham que receber em agosto e o dinheiro só chegava 2 ou 3 meses depois.

Disse que essas transferências tinham vindo, mas que as transferências para o amianto não e questionou se resolviam nessa altura, porque não se sabia com que seriedade e honestidade diziam as coisas. O que interessava era dizer e defender, não interessava como se fazia, o que era pouco sério.

Disse que lá estariam para assumirem as responsabilidades, que iam ver se o Governo ia resolver ou se cumpria com as responsabilidades dele, o qual dizia que pagava tudo o que fosse despesa, não só "x" o metro quadrado. Disse, também, que iam faturar ao Governo as horas e os dias que se levava a montar um caderno de encargos daqueles, de colocar na plataforma, etc., etc.

Referiu que dizerem "*Eles não vão fazer, porque não vêm cá ao beija-mão assinar o protocolo*", o que gostariam era que se tivesse no beija-mão para assinarem o protocolo. Disse que estariam ali, que viessem ali para se assinar ou que os recebessem, porque já estavam à espera de uma reunião havia um ano. Afirmou que assinavam o protocolo com o Sr. Ministro ou com os Secretários de Estado que fossem necessários.

Disse não tinha nada a ver com o Rui Pereira, que por acaso até era do PS, mas que a escola dele foi do PCP, era outra fibra.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Respondeu que naquele município era *show-off* a assinatura do protocolo com outros municípios, quando no Salão Nobre tinham assistido a várias assinaturas de protocolos com o Governo. Tinha acontecido no Barreiro, em Almada e em Setúbal também.

Sra. Presidente – Disse que vinham ali sozinhos fazer isso e só o faziam com aquela câmara.

4

Sr. Vereador Fernando Paulino – Respondeu que agora era por causa do COVID, por não poder haver ajuntamentos.

Sra. Presidente – Questionou que não podia haver ajuntamentos, mas que tinham ido juntar se todos no Barreiro.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que a Sra. Presidente estava a fazer política e não a criticava, mas tinha que o dizer.

Sra. Presidente – Ironizou dizendo que tinham ido juntar se todos para o Barreiro e que ali vinham sozinhos, porque estavam mais seguros.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que era naturalmente difícil, para as autarquias, terem sempre a certeza que tudo iria ser feito da forma mais correta, e enquanto autarca achava que todos eles tinham que lutar também por essa parte, independentemente do partido ou de quem estava no governo.

Deixou uma pequena nota, em 2003 quando tinha havido aquele problema dos milhões era o Dr. Durão Barroso que estava no governo.

Os governos mudavam, ainda não tinham tido um governo PCP para saberem como era que iam comportar se com as autarquias, quando lá chegassem gostava de ver. Até lá, até verem como é que o governo ia cumprir, porque era que estavam a dizer que não ia cumprir, provavelmente até teriam uma surpresa agradável.

Enquanto autarca, interessava-lhe mais a autarquia do que o governo, obviamente, o governo fazia a sua parte, as autarquias continuavam a ter as mesmas necessidades e, portanto, tinham direito a reivindicar. Os governos mudavam, as pessoas mudavam e as políticas eram feitas por pessoas, mais ou menos sérias, todos sabiam isso.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que quando fosse a votação do orçamento de estado para verificarem se a verba estava lá inscrita, era uma forma de fiscalização.

Sra. Presidente – Questionou o Sr. Vereador Fernando Paulino se queria falar do hospital e na verba que não estava no hospital.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção do PSD.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aceitava o pedido de desculpa.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Respondeu que votavam as propostas sempre com responsabilidade e consciência, fossem quais fossem, e aquela tinha sido votada só porque tinham aderido, e bem, à assinatura daquele protocolo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não sabia nada de fibrocimento, mas os cientistas sabiam, bastava lê-los, mas havia quem não se desse ao trabalho de o fazer, e depois dizia o que lhe parecia, e aquela era a primeira questão. A segunda questão tinha a ver com a postura dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, estavam ali numa reunião e parecia que estavam a reunir com os representantes do governo, na Câmara de Setúbal, e não com eleitos de Setúbal a defender a sua comunidade e a sua população e os meios e recursos da sua Câmara, para servir a sua comunidade e a sua população, isso é que era uma coisa tremenda.

4. Deliberação n.º 244/20 – Proposta n.º 61/2020 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 245/20 – Proposta n.º 62/2020 – DAF/DICONT/SERGE – Escritura de justificação notarial do prédio urbano, sito na Rua do Rio, em Vila Fresca de Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 246/20 – Proposta n.º 15/2020 – DCIRT/DIPRIC – Adesão do Município de Setúbal à plataforma TheMayor.eu – Portal Europeu das Cidades e dos Cidadãos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que queria congratular o município pela adesão àquela plataforma, era de facto uma estrutura que tinha um grande impacto a nível europeu. Era uma plataforma que já conhecia havia algum tempo e achou muito interessante, tinha pena que não fosse mais divulgada, já existiam muitos municípios em Portugal que tinham aderido. Sugeriu, que visitando a página, o município tivesse acesso a uma nova ferramenta, que tinha sido implementada no dia anterior em Braga, através de um protocolo que permitia gerir toda a frota de resíduos municipal de uma forma mais ecológica, permitia calcular os percursos mais fáceis e gerir as coisas de outra maneira, tinha sido implementada com a Mercedes e com aquela plataforma da *TheMayor.eu*. Tinha muita informação, era pena vir praticamente toda em Inglês, sugeriu ao município que retirasse para a sua página municipal aquela informação e que a traduzisse para português, porque costumava ser uma informação de qualidade e mesmo em termos de divulgação para fora, turismo, etc., podia ser uma boa ferramenta de divulgação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 247/20 – Proposta n.º 16/2020 – DCIRT/DITUR – Protocolo para a dinamização de atividades no Ecoparque do Outão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

h

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 248/20 – Proposta n.º 17/2020 – DCIRT – Venda de produtos de “merchandising”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 249/20 – Proposta n.º 16/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento perpendicular à Estrada dos Campinos – Serralheira – Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 250/20 – Proposta n.º 17/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento situado entre o Km 19,143 e o Km 26,900 da anterior Estrada Nacional 379-1, Parque Natural da Arrábida – União das Freguesias de Setúbal e União das Freguesias de Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 251/20 – Proposta n.º 18/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo - Arruamento perpendicular à Rua Vinha da Sardinha, Várzeas – Azeitão União das Freguesias de Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

h

**12. Deliberação n.º 252/20 – Proposta n.º 19/2020 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo - Arruamentos situados entre a Rua Família Bronze
e a Rua de São Gonçalo – Azeitão – União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 253/20 – Proposta n.º 20/2020 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo - Arruamentos situados entre a Rua Dr. Francisco
Gonçalves de Oliveira e a Rua Dr. Agostinho Machado de Faria, Vila
Nogueira de Azeitão – União das Freguesias de Azeitão**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 254/20 – Proposta n.º 21/2020 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Arruamento situado entre a Rua Moinho do Frade
e a Rua Camilo Castelo Branco, Bairro Trindade – Setúbal – São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 255/20 – Proposta n.º 22/2020 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Arruamentos situados no Bairro Forte da Bela
Vista – Setúbal – São Sebastião**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 256/20 – Proposta n.º 23/2020 – DURB/DIPU/GASIG –
Atribuição de topónimo – Arruamento situado entre a Rua Dr. António
Manuel Gamito e a Avenida da Europa – Setúbal – União das Freguesias de
Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 257/20 – Proposta n.º 24/2020 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Arruamentos situados no Parque Urbano da Várzea – Setúbal – União das Freguesias de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 258/20 – Proposta n.º 25/2020 – DURB/GAGEF – Alteração às especificações do Alvará de Loteamento n.º 1/18 – Aclaração das confrontações do lote noventa e oito, para efeito de registo

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 259/20 – Proposta n.º 12/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2020 – DRH/DIGAT/GC contra Daniel Crispim Gomes Quintas

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos “Sim”, 3 votos “Não” e 1 voto em branco.

20. Deliberação n.º 260/20 – Proposta n.º 13/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 2/2020 – DRH/DIGAT/GC contra João Carlos Manita Coito

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos “Sim”, 3 votos “Não” e 1 voto em branco.

21. Deliberação n.º 261/20 – Proposta n.º 14/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 3/2020 – DRH/DIGAT/GC contra Fábio Ruben Campos Varela

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos “Sim”, 2 votos “Não” e 1 voto em branco.

22. Deliberação n.º 262/20 – Proposta n.º 15/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 4/2020 – DRH/DIGAT/GC contra José Joaquim Tavares Antunes

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos “Sim”, 3 votos “Não” e 1 voto em branco.

23. Deliberação n.º 263/20 – Proposta n.º 09/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela obra de passeios se referia, sobretudo, à Praceta Professora Virgínia Rau e à Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que enquanto Vereadores gostavam de ter um pouco mais de acesso não só à quantia total da obra, mas também, ao valor discriminado da mesma, gostavam de saber como é que o valor total ia ser aplicado, por uma questão de compreensão enquanto autarcas, para eles era importante.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham um descritivo da obra, que naquele momento não estava ali, tinha a ver com o levantamento de lancil, pavimentos velhos e partidos. Tinham todo esse levantamento, era sobretudo lancil, *pavê*, alguma lajeta e betuminoso também. Era um conjunto grande de passeios e estacionamento naquela zona que estava muito degradada e que tinha as lajes partidas. No fundo, era uma fase de requalificação, porque a requalificação de toda aquela zona orçava para cima dos duzentos mil euros.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 264/20 – Proposta n.º 10/2020 – GAF – Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia do Sado – Apoio para aquisição de viatura pesada com grua para recolha de monos

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que havia pouco tempo, em dezembro, tinha sido comprado para Azeitão, uma viatura semelhante com um custo de cento e vinte cinco mil euros, pensou que estavam a falar de viaturas novas.

Tinha tomado a liberdade de fazer alguma prospeção, em termos de preços de viaturas da mesma categoria e tinha constatado que os preços eram muito variáveis. Perguntou se tinha sido feita uma prospeção de mercado porque haviam empresas que disponibilizavam novos, mas também haviam viaturas seminovas, algumas com muito pouca rodagem, até em sites europeus que também forneciam para outras autarquias e que tinham acesso àquele site, que a autarquia ia aderir, como por exemplo o *www.europa-camiões*, onde se encontravam viaturas, algumas com cem mil, outras com menos rodagem, que iam desde os treze mil e quinhentos até aos trinta e nove mil euros. Sabia que uma viatura nova era sempre fantástico, e que já tendo dado a outras juntas não se podia retirar essa mesma possibilidade àquela, mas poderia ser viável optar por outras marcas, ou outros acordos, até porque por exemplo, aquela ia para o Sado, mas em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, sabia que estavam com um grave problema com a retirada dos monos.

Se enquanto autarquia conseguissem multiplicar a quantidade de veículos que iam chegando, sabia que existia sempre uma partilha de veículos de um e outro lado, mas o trabalho não era o mesmo, pensava que seria produtivo. Não sabia como tinha sido feito aquilo, se tinham algum protocolo e por esse motivo tinham que comprar sempre à mesma empresa, e que esse valor depois deduzia e poderiam ter outros benefícios, não estava de má-fé, esse não era o seu intuito, mas quis deixar aquela sugestão, se ainda não tivessem comprado, poderiam dar uma vista de olhos, ao que mais existia, se haveria vantagem ou não, se de facto as viaturas vinham em boas condições e se ofereciam manutenção. Tinha achado os preços tão díspares, e se tivesse no lugar deles custar-lhe-ia gastar muito mais dinheiro, colocando-se um pouco no lugar de autarca aquela seria a sua sugestão para aumentar a rentabilidade.

Sr. Vereador Luís Custódio – Disse que derivado à sua experiência, durante muitos anos como Presidente de Junta, e como um dos presidentes de junta que tinha iniciado a descentralização de competências, ali no Município de Setúbal, tinha a experiência que aquele tipo de viatura tinha um desgaste muito grande, principalmente na grua, mesmo em viaturas novas. A última viatura tinha sido comprada para a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, para aquele serviço e ao fim de dois anos teve que levar uma nova grua. Comprar um equipamento daqueles em segunda mão, era um risco muito grande. Se estivesse a falar de uma viatura só para fazer transportes, provavelmente poderia "desenrascar". Deu como exemplo a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que tinha um camião que tinha sido comprado em segunda mão, e que ao longo daqueles anos não tinha dado grandes problemas, tinha feito um excelente trabalho, e também tinha grua, mas a grua trabalhava em situações muito específicas.

A recolha de monos, era um serviço que era feito diariamente, a grua nunca fechava trazia sempre o balde, e andava sempre a bater. Portanto na sua opinião, com a experiência que tinha, aquelas viaturas deveriam ser sempre novas, porque se não iriam trazer graves problemas e comprar uma grua à parte custava quase metade do valor do camião.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que as viaturas novas, que tinha visto vinham com grua, se tivessem a grua à parte era muito mais barato, o valor das gruas ficava à volta de trinta mil euros cada uma, mas era uma questão de se fazer prospeção.

O que teria gostado de ter tido ali, enquanto autarca, era a comparação de vários orçamentos, não estava a dizer que era um valor exorbitante, haviam empresas que até tinham valores mais elevados, por volta dos duzentos e tal mil euros, mas enquanto autarquia que fazia um esforço financeiro, que todos sabiam que era muito, era só para terem um pouco essa noção, mas concordava que naturalmente uma viatura nova trazia menos problemas.

4

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que queria dar uma informação que lhe parecia relevante.

Aquele camião que estava na Junta de Freguesia do Sado já lá estava há cerca de dezanove anos. Em termos de utilização tinha tido uma vida grande, portanto valia a pena, naquele caso investir num camião novo, porque estavam a falar de freguesias, tanto a de Azeitão, como a do Sado, como a da Gâmbia, tinham uma quantidade muito grande de monos e lixo que era deixado à beira dos contentores, por pessoas que muitas vezes nem sequer eram do município, e que simplesmente utilizavam aquela prática, muito errada, para depositar, nomeadamente, resíduos de construção de pequenas obras e que às vezes nem eram tão pequenas como isso.

Era uma luta muito grande que aquelas três juntas de freguesia tinham, para conseguir manter as suas freguesias limpas, não queria dizer que isso não acontecesse na cidade, porque também acontecia bastante, mas a natureza era um bocadinho diferente. Era preciso realmente dotar as juntas de freguesia, já tinha sido feito com a Junta de Freguesia de Azeitão, que tinha um carro que também tinha durado muitos anos, e que ainda estava ao serviço, mas com as suas limitações, mas ainda continuava a funcionar, portanto era necessário fazer aquele reforço, na Freguesia do Sado, o carro tinha durado quase vinte anos.

Paulatinamente e porque eram equipamentos com um desgaste muito grande, tinham que fazer essa renovação, não havia outra hipótese.

Relativamente aos valores serem díspares, também tinha a ver com as características que queriam que aquele carro tivesse, em relação ao que tinha sido adquirido pela freguesia de Azeitão e aquele que iria ser adquirido pela freguesia do Sado, isso também tinha que ser levado em conta. Estavam a falar de entidades públicas que tinham que abrir procedimentos e concursos. Portanto, perante uma mesma proposta com as mesmas características iam aparecer, com certeza, vários concorrentes, que iam responder ao caderno de encargos, e que iam ser sujeitos a um processo de seleção pública e pensavam que por aí ficaria resolvido e garantido a qualidade do equipamento a entregar.

Aquilo seria uma estimativa, um preço base, que terá sido encontrado mediante a consulta, se calhar de dois ou três orçamentos, para ser possível depois lançar o procedimento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal- Disse que tinham alguma experiência de prospeção de mercado naquela matéria, e eram muito poupadinhos, tinham uma experiência também, que não lhes tinha saído muito bem, de carros em segunda mão e, entretanto, em seminovos. Em relação àqueles carros com gruas esses só mesmo recentemente, tinham tido uma questão com os camiões para carregar massas asfálticas, os carros que estavam no mercado, alguns a preços bem interessantes, estavam completamente rebentados, eles vinham para a mão deles e ficavam mais uns 5 ou 6 anos e isso não dava. Estavam a fazer um esforço, a ver bem o mercado e a encontrar a solução. Não tinha trazido a proposta de consulta porque quem a ia fazer era a junta de freguesia. Iam transferir a verba dentro dos parâmetros que tinham avaliado, do que estava no mercado e que era possível para as características daquele carro, diferente do de Azeitão, que era bem maior. Aquele valor tinham-lhes parecido aceitável e iam então avançar com o processo.

Supôs que estavam todos de acordo com a substituição de um carro que tinha mais de 20 anos e que estava completamente a cair. A questão que a Sra. Vereadora tinha colocado, e bem, era a de tentar perceber como é que se tinha encontrado aquele valor, mas desse ponto de vista tinham percorrido o país e a europa à procura, até já tinham tido pessoas que tinham ido à Holanda à procura de carros. Ainda se colocava o problema da idade que as viaturas tinham, presentemente as viaturas descontinuavam muito cedo e já não haviam peças, existiam casos que para substituir essas peças, tinham que as fazer em oficina, não valia a pena comprar muito velho.

Era um bocado naquela linha, achava que estavam todos de acordo com a aquisição, tratava-se então daqueles esclarecimentos.

4

Futuramente se tivesse mais elementos iria trazer consigo, para satisfazer a informação necessária.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 265/20 – Proposta n.º 11/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta encerrava um conjunto de transferência de verbas para obras concretas, inseridas numa estratégia de delegar nas juntas de freguesia empreitadas, que as juntas faziam mais rápido e mais barato do que a própria Câmara, porque as pessoas concorriam mais barato para as juntas do que concorriam para a Câmara.

O que ali estava em causa era a requalificação do Largo da União Desportiva e Recreativa do Casal das Figueiras, obra que já se tinha iniciado; requalificação das escadas e construção de muros de suporte na Rua Abel Viana, aquela era uma obra muito relevante da Anunciada e era uma obra fundamental e que estava, já havia algum tempo a ser realizada; requalificação dos passeios da Rua Dr. Miguel Homem de Sampaio e Melo, era uma obra que se iria iniciar em breve; requalificação do Largo Aquilino Ribeiro, trabalhos não previstos inicialmente, porque havia um orçamento inicial e afinal eram mais vinte e seis mil, cento e vinte e dois euros e trinta e três cêntimos e aquisição de armaduras e lâmpadas para a Escola dos Arcos, que era um trabalho que já estava feito e que a junta tinha assumido, tratava-se de ressarcir a junta desses valores.

Aquela proposta encerrava, como outras que tinha trazido ali, uma estratégia de cooperação com as juntas de freguesia, com uma grande eficácia, na execução dos trabalhos e com uma resposta mais célere, ao território e aos munícipes.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 266/20 – Proposta n.º 24/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Sr. Smyle Campos Ornela

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que as deliberações 266/20 e 267/20 eram deliberações diferentes, mas tinham a mesma fundamentação. No programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, uma das direções fundamentais de trabalho era a formação, a qualificação e o emprego. No quadro do programa o Município de Setúbal, tinha conseguido encontrar capacidade para integrar mais de vinte trabalhadores dos bairros do programa. Profissionalmente eram pessoas que estavam desempregadas, que eram bons profissionais e que naquele momento trabalhavam para o município, quer nas obras, quer na higiene urbana. Naquela lógica de trabalho, tinha aparecido uma hipótese que era a criação de espaços autónomos dos próprios moradores, eram dos moradores que ali estavam, moradores da

construção civil, pessoas qualificadas, a quem iam ceder um espaço a cada um, para não estarem nas suas oficinas, oficinas de construção civil. Esses moradores de acordo com o protocolo que estava ali em anexo, tinham obrigações de acompanhar e formar moradores, criar *workshops*, e trabalhar em função das necessidades dos moradores do bairro. Eram pessoas que conheciam bem, que já tinham dado provas, um deles tinha trabalhado com o João Limpinho no seu *atelier*, durante algum tempo, a trabalhar nas peças que ele estava a executar, eram pessoas respeitadas nos bairros e constituía uma linha de autonomização profissional e uma perspetiva empresarial, de apoio empresarial àqueles moradores. Mais tarde iam ter um acompanhamento formativo, em termos de empreendedorismo e em termos de criação de empresa, para desenvolverem o seu próprio trabalho com total autonomia. Portanto, era a concretização de um objetivo do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” na autonomização e na criação de condições para que as pessoas tratassem da sua vida sem dependerem de ninguém, a não ser do seu próprio trabalho, criando-se um espaço básico para que o pudessem fazer.

A deliberação 266/20, atribuía esse espaço ao Sr. Smyle Campos Ornela e a deliberação 267/20, atribuía o espaço ao Sr. Alberto dos Santos Pinto Leite, que iam pagar renda na fração onde estavam envolvidos, iam pagar vinte euros de renda e iam contribuir para o condomínio. Era um conjunto de procedimentos extremamente educativos e comunitários que estavam na base das duas propostas. Tinha fundamentado as duas propostas ao mesmo tempo, mas teriam que ser votadas em separado, porque eram propostas em separado e para pessoas diferentes.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Disse que ia falar das propostas em conjunto, embora fossem votadas em separado. Em primeiro lugar louvou muito aquela iniciativa, sobretudo naquela altura de maior crise, em que se tinha que dar apoio as pessoas. O que gostava sobretudo na proposta era a ideia de ser uma oficina comunitária, em que o *know-how*, daquelas pessoas também ia ajudar à reconstrução dos bairros, e ia ajudar a fazer com que as pessoas ficassem melhor. Não compreendia a razão daquele protocolo terminar ao fim de um ano, achava muito pouco tempo, aquilo quase que podia ser um comodato, estava tudo garantido em termos de protocolo, tinham que garantir o espaço, não podia haver confusões, não podiam ter os materiais à porta, se estivesse tudo a funcionar bem, não via produtividade naquela noção de um ano, independentemente do governo que viesse a seguir, isso não interessava, era para aquelas pessoas e achava que todos ali estavam de acordo com isso. Propôs que se fizesse uma ligeira alteração ao protocolo que permitisse, no caso de haver continuidade no projeto, e não fazia sentido que não houvesse continuidade, um pouco como se fazia no comodato, embora com diferenças, existia um pagamento de aluguer, no comodato existia cedência do espaço, um ano como todos sabiam passava muito depressa, sobretudo naquela circunstância de maior isolamento social, ia-se fazer alguma coisa, mas não se ia conseguir fazer tudo. Ia haver ali um grande investimento em termos de formação e as pessoas iam criar expectativa, iam começar a gostar daquilo que faziam e iam empenhar-se mais. Quase que iam ser pequenas escolas profissionais não reconhecidas, mas que ia funcionar como tal nas comunidades e eles naquela comunidade precisavam realmente de ter as pessoas envolvidas e produtivas, tal e qual como se tinha feito no programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, que de facto, tinha criado um impacto completamente diferente, as pessoas tinham começado a cuidar muito mais das coisas, ali fazia-lhe sentido, e era uma das coisas que gostaria de propor, se ainda fosse possível, independentemente de se votar naquele momento, haver a possibilidade de aquilo ser renovado, desde que as pessoas fizessem um bom trabalho, não fazia sentido ser-lhes retirada aquela possibilidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a intenção era mesmo aquela, mas também tinham alguma experiência de trabalho nos bairros, porque podiam acontecer flutuações, por exemplo: *“Imaginemos que ele encontra uma coisa bestial e imigra”*. Tinham falado com eles sobre a hipótese de serem mais anos, mas eles tinham estado de acordo em que fosse assim, e iam trabalhar assim. Seguramente o programa tinha um horizonte de dez anos, já

4

tinha oito e seguramente ia continuar por mais anos. Se aquelas oficinas se consolidassem seria um bem fantástico para os bairros, até porque os bairros precisavam da consolidação de oficinas, lojas e de outros comércios e negócios, dentro do bairro. Para eles, era uma experiência piloto, muito boa, já tinham tido uma outra experiência que tinha funcionado muito bem e que estava a rolar bem, era a do estilista deles, que estava a fazer um grande trabalho e que naquele momento estava a ter um grande êxito até internacional com os seus produtos, eles também lhe tinham cedido um espaço com acordo comodato. Portanto era um pouco naquela linha que iam continuar e estavam a prever outras soluções daquele tipo, para dar um uso mais eficiente para a comunidade aos passos que a Câmara tinha no território. Percebia o que a Sra. Vereadora estava a dizer, mas a intensão era mesmo aquela, havia ali uma base de confiança muito grande de ambas as partes, eles tinham combinado aquilo daquela forma e ia seguir assim e renovavam, até podiam renovar a cinquenta anos, dependia depois do andamento das coisas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 267/20 – Proposta n.º 25/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Sr. Alberto dos Santos Pinto Leite

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 268/20 – Proposta n.º 26/2020 – DOM/DIHAB – Contrato de comodato entre o Município de Setúbal e a Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que se propunha no fundo era um espaço, uma habitação, na Rua Ema Grill, 3, r/chão esquerdo, espaço selecionado pelos próprios, no seu território para aquela associação. Aquela associação nasceu da luta dos moradores, pela nova lei da renda apoiada, era uma associação que tinha trabalho feito no terreno, junto da comunidade, fazia duas grandes festas por ano, tinha uma boa relação com a comunidade e tinha nascido de dentro da comunidade.

O objetivo era criar condições, porque eles tinham um espaço de trabalho, espaço esse que estavam ambas as partes a reabilitar de forma a garantir que o Bairro Afonso Costa, como outros bairros de habitação pública tivessem expressões associativas, que em geral não tinham. No caso do Bairro Afonso Costa, aquela expressão associativa ultrapassava as barreiras do bairro de habitação pública, era uma associação de todo o bairro, que como se sabia, na maioria dos casos não era habitação pública.

Tinha sido um trabalho muito interessante, acreditava que aquela expressão ia consolidar, naquele bairro finalmente uma solução associativa, matéria em que estavam a trabalhar, assim houvesse vontade dos próprios, aquilo tinha resultado da vontade dos próprios, criar soluções associativas em todos os bairros, depois que tivessem autonomia, que fizessem o

seu caminho e que fizessem uma vida cultural, comunitária e desportiva, junto de toda a comunidade.

O objetivo daquela proposta era criar condições de trabalho àquela associação que já tinha ali um andamento muito forte, até antes de ser associação, como comissão de moradores tinha feito um trabalho muito interessante no bairro.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 269/20 – Proposta n.º 27/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro Pote D'água – Rua José Luciano de Carvalho, N.º 9 – R/C E

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 270/20 – Proposta n.º 11/2020 – DAAE/GAPAE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2019/2020

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que traziam ali a tradicional proposta, mais um ano para poderem ajudar as escolas e instituições do concelho, que tivessem interesse em obter a bandeira verde do programa Eco-Escolas. No corrente ano tinham-se inscrito vinte e oito instituições.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 271/20 – Proposta n.º 12/2020 – DAAE/GAPAE – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2020

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Percebia o programa, porque era muito importante a candidatura, no entanto aquele valor era só para a candidatura. Questionou se se tratava inicialmente de uma consultoria para saber se eram ou não candidatóveis. Questionou ainda se era um apoio à candidatura ou se era algo que teriam que pagar para entrar.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Informou a senhora vereadora Teresa Andrade que o valor era pago à Associação da Bandeira Azul, porque era a ABAI que tinha os programas da Bandeira Azul, ECO-XXI e ECO-Escolas e que o mesmo estaria relacionado com as despesas, sendo que à posteriori poderiam fazer a avaliação da apresentação da candidatura por parte da Câmara.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 272/20 – Proposta n.º 14/2020 – DAAE/SEMBEA – Projeto de Regulamento de Voluntariado do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 e 68.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que pela primeira vez aquele regulamento era apresentado em reunião de câmara, significava que nunca tinham implementado um programa formal de voluntariado, embora o voluntariado já funcionasse no canil alguns anos, por força das suas atividades, uma vez que muitas das pessoas graciosamente davam o seu contributo, tratando dos animais, organizando caminhadas, fazendo as suas adoções, no entanto não existia uma base jurídica legal para tratar das questões do voluntariado. Preocupava-lhe o facto de poder ocorrer um acidente com alguma pessoa que estivesse a fazer trabalho no canil, sem que tudo tivesse previamente tratado com os seguros.

Relativamente à questão de quem poderia ou não fazer voluntariado, muitas das vezes surgiam pedidos de menores e essa era uma questão que pretendia clarificar no regulamento, bem como médicos veterinários que estivessem em estágio ou que quisessem fazer atividade no canil, apesar de pertencerem a outros municípios.

Todas aquelas questões poderiam ficar transparentes quando vertidas no regulamento, para além de ser uma forma de apelar às pessoas que possam vir a fazer voluntariado juntamente com os tratadores, técnicos e veterinários da Câmara, no centro de recolha de animais.

Muitos daqueles animais precisavam de ser mimados e serem passeados, significava que aquele regulamento não se limitava a tratar somente de questões técnicas, mas também de questões de sociabilização dos próprios animais. Com aquele instrumento poderiam acrescentar algo ao trabalho que já faziam.

Para além da consulta pública que o regulamento iria ser sujeito era importante que as entidades referidas se pronunciassem, sendo elas as Juntas de Freguesia do Concelho, serviços do Ministério Público, Tribunal Judicial de Setúbal, Guarda Nacional Republicana, Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente, Polícia de Segurança Pública, Polícia Marítima, Capitania de Setúbal e as associações com quem trabalhavam no concelho, como era a “Sobreviver”, “Esperança Animal”, “Rafeiros Leais”, “PRAVI”, “Associação de Animais de Rua” e a “ONDAID”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Considerou importantíssimo o regulamento e questionou se haveria condições para com o pessoal do canil, para dar formação e para aferir das condições que os voluntários tinham para exercer as respetivas funções, porque achava importantíssima a atividade de voluntariado.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Referiu que a idade mínima de 14 anos poderia levantar alguns problemas, porque haveria sempre animais mais violentos, mesmo dentro das instalações do CROAC, pelo que teriam que ter em conta essa realidade, inclusivamente para salvaguardar a imagem do município. Não significava com isso que um jovem com 14 anos não pudesse fazer um trabalho muito útil, mas por uma questão de salvaguarda não os incluiria no regulamento. Uma vez que o regulamento iria para consulta pública, ainda muita coisa poderia ser feita.

Para além daquele tipo de voluntários, uma vez que existiam uma série de associações que colaboravam com a Câmara, as quais se encontravam sempre carenciadas do ponto de vista

de voluntários, o município poderia constituir banco de voluntariado municipal que fornecesse esse apoio às respetivas associações que nos aceitam aquando da sobrelocação do CROAC e resolvem outros problemas, no sentido de transportar os vários animais ao veterinário para a vacinação.

O voluntariado era um estado de espírito, por isso era preciso que o voluntariado fosse um pouco mais mimado. No artigo 9º. "Direitos do Voluntário" (pedia desculpa por não ter conseguido deixar de rir), referia que um dos direitos do voluntário era ter acesso às instalações sanitárias. Era normal que um voluntário tivesse acesso à casa de banho e não era só exercer o seu trabalho em condições de higiene e segurança, não era só ter um certificado de participação, os voluntários deveriam usufruir de um outro tipo de benesses, o que incentivaria bastante ao ter uma equivalência numa educação cívica, obter protocolos com as escolas, uma vez que aceitavam jovens desde os 14 anos, ou até mesmo obter créditos para quem frequentasse a faculdade. O voluntariado era sempre um quesito pelo qual deveriam lutar por um objetivo de cidadania e de formação cívica, em que todas as pessoas deveriam ser incentivadas, não só a trabalhar para ganhar qualquer coisa material, mas também para poder ajudar a construir melhores sociedades.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse tratar-se de uma matéria que tinha sido alvo de grande pressão, porque inicialmente havia uma mudança de paradigma e os municípios estavam com uma lei que lhes aumentou muito a sua exigência. Também havia uma questão mediática em cima daquela matéria e por essa razão teria dado mais atenção àquela proposta do que às outras. Especificamente sobre a questão do treino, que vinha mencionado no artigo 5.º e sobre a questão da captura de animais, questionou o executivo se aquela matéria tinha sido vista com a DGAV, em termos de auxílio ou de prestação de ações por parte dos voluntariados. A nível legislativo havia uma atribuição específica ao município de Setúbal, como muitas outras matérias a nível legislativo, fazia-se os protocolos com as associações, mas naquela matéria em particular, estando a falar de regulamentação que tratavam de animais, não era o mesmo que estabelecer protocolos para iniciativas culturais. Tratava-se de uma matéria que tinha ganho cada vez mais sensibilidade, por isso não era qualquer pessoa que poderia treinar um animal. A título de exemplo, referiu que existia uma lista de pessoas específicas que treinavam animais perigosos, assim como não poderia ser qualquer pessoa que pudesse capturar animais, mas enquanto voluntário poderia fazê-lo com o apoio da Câmara. Colocar aquela situação no regulamento, poderia ser algo de irregular se não houvesse uma validação prévia.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que aquele serviço inicialmente estava junto com a higiene urbana e durante o atual mandato tomaram a decisão de o autonomizar, tendo sido uma mais-valia em termos de pessoal e em termos de tarefas. Atualmente tinham dois veterinários e estava em fase de conclusão um procedimento para a contratação de mais veterinários para o município, sendo que um deles se destinaria para o bem-estar animal, o outro para a parte das atividades económicas. Em fase de conclusão tinham um concurso para tratadores/apanhadores de animais, o que lhes daria mais pessoal disponível para o Canil Municipal.

Relativamente às questões da formação, os veterinários da Câmara estavam habilitados para poder dar formação às pessoas, bem como os assistentes de veterinário que estão nos serviços. A Câmara tinha duas trabalhadoras com o curso de auxiliar de veterinário, significava que haveria condições para dar formação no âmbito do voluntariado.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha que aprovar algumas matérias de acordo com a legislação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Se no âmbito da consulta pública acrescentasse a DGAV, de entre as entidades a consultar, uma vez que ainda se tratava de um projeto, as dúvidas colocadas seriam dissipadas. Aqueles animais estavam sob a guarda do município, não se

h

tratavam de animais de companhia em geral, mas aqueles que estavam no CROAC. Não tinha qualquer problema em acrescentar na proposta, o pedido de consulta à DGAV, para que a mesma se pronunciasse e verificasse a legalidade do referido regulamento.

O vereador Nuno Carvalho tinha questionado se existiam pessoas suficientes que pudessem acompanhar os voluntários, porque os voluntários não podiam estar sozinhos, como era óbvio. Aquela área estava a ser reforçada com pessoal e por essa razão é que avançaram com o regulamento, que permitiria dar condições às pessoas que estivessem a trabalhar no canil e que pudessem fazer o acompanhamento daqueles que quisessem fazer voluntariado. Tal como tinha sido referido na apresentação da proposta, a Câmara já tinha algumas pessoas que faziam voluntariado, passeando os animais, penteando-os, dando-lhes banho, bem como uma série de tarefas.

Existia no regulamento uma ficha de candidatura, em que as pessoas podiam dizer aquilo que já tinham feito ou que tinham experiência de fazer, posteriormente seria feita uma entrevista com os veterinários da Câmara para poderem perceber quais seriam as aptidões das pessoas. Estavam sempre a falar de um trabalho que era vigiado e que era feito em parceria, não estariam a falar de um trabalho em que as pessoas eram deixadas ao “*Deus dará*” sem qualquer supervisão. Poderia parecer alguns preciosismos constar no regulamento a questão do acesso às instalações sanitárias do CROAC, mas na verdade não era qualquer pessoa que poderia aceder às referidas instalações. Teriam que ter muita reserva em relação àquelas instalações e se fossem visitados por uma qualquer pessoa qualquer, não deveriam poder utilizar as instalações sem que houvesse algum tipo de controlo. Poderia parecer um preciosismo, mas não deixava de ser uma realidade, no entanto a pessoa que fizesse voluntariado já teria acesso a muitas zonas, mas com limitação de outras e a título de exemplo referiu a sala onde eram feitos os tratamentos médicos, exceto aos veterinários que pretendessem fazer voluntariado, porque se tratava de uma zona onde eram guardados os medicamentos. Aquela questão poderia parecer um preciosismo, mas era importante delimitar os acessos dentro do CROAC.

Tendo em conta as preocupações do senhor vereador Nuno carvalho, se a Câmara iria colocar diretamente à consulta da DGAV o pedido de audiência prévia, certamente que seria uma hipótese a considerar, porque poderiam pronunciar-se relativamente a todas aquelas normas e mediante aquilo que viesse do parecer da DGAV poderiam ou não fazer as devidas retificações ao regulamento. Não eram obrigados a colocar as entidades a consulta, mas era importante que fosse feito, uma vez que no âmbito da consulta pública os regulamentos eram publicados e assim todas as entidades consultadas poderiam pronunciar-se sobre daquela proposta.

Sr. Vereador Nuno carvalho – Disse que a consulta feita à DGAV certamente ajudaria, mas aquelas questões que tinha mencionado encontravam-se na lei e a DGAV tinha obrigação de auxiliar os municípios naquela matéria. Tratava-se de uma situação nova e complexa, os municípios estavam a contratar pessoal, havia mérito naquela proposta e era precisamente pelo facto de ela ter mérito que pretendia que a proposta fosse dentro dos parâmetros legislativos.

Num hospital também se fazia voluntariado, só que naquele caso ainda estavam a aprender à medida que a lei se afirmava.

A aprendizagem já tinha sido tão grande que a DGAV já tinha passado do ministério da agricultura para o ministério do ambiente.

Aquela ficha que foi mencionada e em que as pessoas se podiam inscrever a nível de tarefas, incluía treino de cães e manuseamento de cães com comportamentos agressivos. Não sabia se aquelas duas tarefas poderiam ser aceites, por essa razão poderia colocar a DGAV e muito bem, só que uma coisa seria a consulta da DGAV, outra coisa seria aprovar um regulamento do qual teria dúvidas que a lei pudesse aceitar. Se era o único a ter essas dúvidas aceitaria e ficaria com elas, no entanto poderia citar a legislação onde as suas dúvidas nasceram. Tinha a certeza que a senhora vereadora teria acesso a essa legislação com a mesma facilidade e certamente já a terá consultado.

4

Sobre a captura de animais e sobre o treino, podiam estar a entrar num caminho um pouco cinzento. Existiam determinadas Câmaras Municipais que já tinham protocolos para captura de animais, etc., no entanto desconhecia em que forma concreta é que eles faziam tudo isso. Considerou que a forma como ali se encontrava, não era suficientemente explícita, no sentido de balizar qualquer tipo de situação que pudesse ir contra aquilo que estava previsto na lei. Era um risco independentemente de se consultar a DGAV.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Relativamente à captura de animais era o que constava na legislação, de acordo com o programa CED. O programa CED poderia ser feito com o auxílio de pessoas cuidadoras e onde já constava no regulamento do Bem-Estar Animal, como era o caso de pessoas que capturavam animais e entregavam à Câmara para fazer a esterilização. Era uma prática que estava vertida no regulamento do bem-estar animal, que tinha sido aprovado na última Assembleia Municipal e que estava previsto já há bastante tempo. Aquilo que estavam a fazer era relativamente à campanha CED e aos cuidadores de colónias de gatos, a verter no regulamento do voluntariado.

Uma senhora jurista que pertencia à ONDAID tinha-lhes dado um importante contributo relativamente à elaboração do regulamento, mas como a referida instituição iria ser consultada, certamente que responderiam formalmente ao processo de consulta. Tratando-se de uma matéria nova, também tinham algumas dúvidas, por essa razão fizeram aquele tipo de consulta prévia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Valorizou muito a proposta, porque ela fazia parte de várias peças, tinha sido um esforço brutal daquele e de outros municípios, para responder a uma legislação apressada. Já levou a que uma organização representativa de veterinários tivesse proposto a retoma do abate de animais, tendo em conta a situação criada em muitos dos municípios, porque não tinham condições de resolver determinados problemas. Era um esforço tremendo para garantir o cumprimento da legislação e encontrar soluções, meios e recursos que permitissem resolver devidamente o problema que lhes caiu em cima. Tratava-se de uma proposta excelente, que ia ao encontro de uma resposta que este município pretendia dar corretamente, sendo que o primeiro sinal foi a criação de uma nova organização para aquela área e na qual resultou a criação do regulamento do bem-estar animal, permitindo determinadas soluções que não eram adotadas por todos.

Disse ainda, relativamente às questões que foram colocadas sobre as várias tarefas dos diferentes voluntários, que existiam questões técnicas que tinham que ser vistas no concreto com os voluntários, com as entidades, com os métodos, com os procedimentos e com a legislação em vigor, por essa razão não poderia constar tudo naquele regulamento, era uma hipótese de trabalho que ali constava.

Aquela proposta tinha sido muito boa e estava no bom caminho, porque havia muitas centenas de pessoas que gostariam de se dedicar ao trabalho de proteção dos animais e a proposta abria-lhes a porta à possibilidade de ter o apoio dessas pessoas, que por um lado se realizavam e por outro ajudariam a resolver problemas, desde que tivessem os meios, a formação e as condições necessárias.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que voltava a colocar novamente a reserva sobre aquela matéria, porque teriam que atender à generalidade. Quando se falava no auxílio de captura dos gatos errantes, de acordo com as instruções do regulamento, se o animal estivesse doente e a precisar de auxílio, mas não devendo ser mexido, era a mesma coisa que faria um voluntário no hospital, porque ninguém fazia voluntariado no hospital para recolha de doentes. Se o animal precisava de um cuidado e se não havia a clara orientação de que deveria estar devidamente acompanhado, de acordo com as instruções, não se saberia se seria ou não uma ilegalidade. Existiam matérias que eram mais sensíveis que convinha ver convenientemente definidas pela DGAV. Se a legislação era tão recente certamente estaria sujeita às Direções Gerais.

Recentemente um município levou uma “pancada desgraçada” por causa de um determinado evento que tinha realizado. Por essa razão considerava que o município de Setúbal deveria ter alguns cuidados com as matérias em questão. O que estava naquele projeto era uma boa intenção, era bom que houvesse voluntariado e não retirava o mérito à proposta, apenas chamava a atenção de situações que pudessem afetar a boa intenção da proposta, pelo que considerava a matéria pertinente.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Propôs que na proposta constasse, no âmbito das entidades a consultar, a inclusão da DGAV.

Disse que iriam recolher todos os contributos de todas as entidades e depois apresentariam uma proposta final. No âmbito do Programa CED poder-se-ia colocar o referido artigo e quando a DGAV se pronunciasse poderiam ter toda a segurança em relação a todo aquele processo.

Sra. Presidente da Câmara – Sugeriu que se alterasse a proposta, sendo criada a alínea “n) Consultar a DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária”.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, com inclusão da alínea n), tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Nuno carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“O meu voto é favorável, não só pela inclusão da DGAV, mas também esperando que na consulta pública, se houver alguma coisa a corrigir, que a própria DGAV se possa pronunciar. É nesse sentido que voto favoravelmente a proposta, que ela é bem intencional.”*

33. Deliberação n.º 273/20 – Proposta n.º 15/2020 – DAAE/DIHU – Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Depois de ter lido o regulamento com muita atenção e apesar de ser vereadora naquela autarquia, nem sempre tinha a noção exata, o mesmo aconteceria com a população em geral. Aconteciam muitas coisas em termos de gestão de resíduos que poderiam não acontecer se houvesse maior formação e divulgação. Poderia ser um programa a incorporar, juntamente com o programa que se ia fazer na formação ecológica nas escolas, feito em conjunto com o departamento da área da senhora Vereadora. Faria sentido explicar por que razão não se deveria colocar e aquilo que se deveria separar. As próprias crianças acabariam por levar para casa e seria muito útil.

Na zona de Azeitão onde residia existiam muitos espaços verdes, a gestão dos resíduos verdes era muito difícil, da forma como vinha expressa, as pessoas iam podar as sebes, os jardins, mas não solicitavam uma Big Bag, porque a recolha demorava algum tempo e por essa razão acabavam por colocar no lixo comum. As pessoas tinham o cuidado de não colocar dentro do contentor para não encher por isso muitas das vezes colocavam ao lado dos contentores. A sua sugestão para as zonas onde houvesse mais jardins, passava pela colocação de Big Bag ao lado dos restantes contentores do lixo ou criando-se uma estrutura que permitisse fazer a recolha seletiva, incentivando as pessoas a colocarem os seus resíduos verdes.

As pessoas da construção civil quando faziam obras e utilizavam as Big Bag, sabiam que não lhes era permitido misturar todo o tipo de resíduos. Para quem fazia obras era uma situação complicada, obrigava a colocar várias Big Bag, que se tornariam insuficientes dado que as



Câmaras disponibilizam no máximo entre três a quatro Big Bag. Em conformidade sugeriu que fosse feita uma sensibilização para uma melhor gestão de acordo com o tipo de obra a ser executada.

Não tinha percebido no regulamento se a recolha podia ser feita nas Juntas e na Câmara ou somente na Câmara. Na página 23, no ponto 3, do artigo 35, referia “A efetuar de segunda-feira a sexta-feira”, mas só era possível numa determinada instalação da Câmara. Poderiam ser solicitadas nas Junta, mas ficou na dúvida se poderiam ser levantadas na junta ou se teriam que ser levantadas na Câmara. Faria sentido do ponto de vista da gestão, quanto maior proximidade melhor, de acordo com o regulamento.

A gestão das águas em Setúbal era polémica, mas, independentemente de ser polémica, as pessoas denunciavam algumas dificuldades. A gestão das águas pela Águas do Sado sempre foi difícil, por motivos vários, inclusive pela questão da faturação, mas atualmente era mesmo pela demora na resolução dos problemas. Na rua onde morava, já havia apresentado queixa junto da Águas do Sado de uma rutura de água a céu aberto, inclusivamente mandou algumas fotografias para melhor identificação da ocorrência e a empresa limitou-se a colocar um triângulo e a água continuava a correr a céu aberto, acerca de mês e meio. Para os pássaros e para os gatos que estavam com muito calor tinha sido a melhor opção, mas certamente não seria a melhor gestão por parte da empresa, que lhe informou que atualmente tinham muitas outras prioridades e que não conseguiriam dar resposta a tudo, para além de outras queixas de moradores que alertaram para outro tipo de ruturas na rede predial, cujos serviços respondiam não ter acesso aos mapas da canalização. Significava que cada vez que se dava uma rutura, cortavam toda a água durante uma semana ou mais, e a título de exemplo referiu aquilo que se passou no Bairro do Viso, onde receberam muitas queixas.

Quando as Águas do Sado deixavam de poder gerir as coisas que corriam mal, o que é que a Câmara poderia fazer, independentemente de quem tinha feito a concessão, porque as pessoas continuavam a precisar da água e a água era um bem primário, era preciso ver o que é que se estava a passar. Independentemente da gravidade era um desperdício ecológico. Enquanto autarca gostaria que pudesse ser indagada aquela situação.

Quando se chegava à página 34, na parte da limpeza, encontram-se as proibições gerais e a maior parte delas eram muito lógicas. Não considerava que acendendo fogueiras ou efetuar queimadas pudesse ser uma proibição ao nível de colocar alimentos na via pública, para os animais. Colocar alimentos na via pública para os animais era desaconselhado, mas não podia ser proibido. Soube de casos das pessoas que tiveram coimas e essa situação aumentou a sua revolta, porque se as pessoas alimentavam os animais era por que sentiam que os animais não tinham condições de sobrevivência. Na sua zona havia muitas pessoas que alimentavam animais, ninhada de gatos, cães esfaimados. Era desaconselhável proibir atualmente e tal como foi referido pelo vereador Nuno Carvalho era contraproducente para a autarquia. Sugeriu que fosse retirado aquele ponto, por considerar desaconselhável proibir atendendo à sensibilidade atual. A maioria das pessoas colocavam ração e água, em vez de restos de comida. Humanamente e enquanto autarca seria incapaz de retirar a alimentação existente. Questionou o executivo, caso vissem um animal com fome na rua e não tivessem outra forma de colocar alimentos, qual seria a melhor solução.

Sugeriu que o ponto 47 fosse eliminado. Seria um bom senso e todas as autarquias estão a deixar de proibir a questão dos alimentos na via pública, porque as pessoas faziam-no com boa vontade, por isso era uma questão que teria que ser resolvida.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Aquele regulamento de serviços era feito com base num modelo pré-definido pela ERSAR, a maior parte das questões já vinham pré-definidas, aquele que não vinha era exatamente as questões da higiene urbana, que decidiram também juntar ao regulamento. Relativamente à recolha dos resíduos sólidos urbanos não era delegável, não poderia passar para as Juntas de Freguesia, apenas a parte da recolha de monos o poderia ser delegado. Tinham três 3 freguesias do concelho com essa responsabilidade, as freguesias de Azeitão, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e Sado.

Aquilo que colocaram no regulamento era uma questão aberta. De acordo com o regulamento as pessoas podiam a partir de uma certa hora, colocar os seus monos junto ao contentor, podiam previamente avisar a Câmara. Pretendiam que houvesse uma proximidade maior entre as pessoas que precisam dos serviços camarários. Pretendiam estabelecer locais e horas definidas para evitar o jogo “do gato e do rato”, evitando percorrer todas as ruas na procura de monos. Se tivessem a colaboração das pessoas com aquela proximidade, saberiam exatamente os sítios onde os monos se encontravam, evitando percorrer vários circuitos e saberiam ao certo o tipo de resíduos que iriam encontrar, determinando o tipo de viatura a ser utilizada, podendo ter uma maior rentabilização do trabalho de recolha de resíduos. Era preciso ter uma maior relação de confiança e proximidade com as pessoas, para ter capacidade de fazer a recolha na hora e no local certo. Aquela situação seria muito mais benéfica do que a atual.

A Câmara tinha feito uma candidatura para a recolha seletiva de resíduos orgânicos, sendo que os verdes se enquadravam nos resíduos orgânicos, significava que iriam mudar a postura relativamente aos verdes, até porque o protocolo que tinham com a AMARSUL para a receção daqueles resíduos era muito mais vantajoso. Em Azeitão havia possibilidade de os municípios colocarem os resíduos verdes no Choilo, que funcionava como centro de receção e posteriormente seriam enviados para a AMARSUL. Têm sido feitas algumas campanhas, inclusivamente com a Junta de Freguesia, apelando para que pessoas entregassem aquele tipo de resíduos no Choilo, de forma a poderem ser separados e devidamente tratados. Com a introdução dos orgânicos em Azeitão serão criados circuitos só para verdes, foi feita uma candidatura para adquirirmos carrinhas especificamente para recolha de verdes.

Em relação à questão da educação ambiental, já havia muito tempo que era trabalhada nas escolas, para além da criação de um site, que já teria sido reformulado a par do separador dos miúdos, com atividades para crianças e que no início do próximo ano letivo seria divulgado pelas escolas, através de sessões de apresentação de utilização do referido site.

O facto de muitas das escolas do concelho terem sido bandeira verde ou bandeira azul ou terem sido candidatas à primeira ou à segunda edição do selo verde, era indicativo de que as escolas e a educação estavam muito preocupadas com aquela matéria, o que lhes dava muito alento, não só no presente, mas também no futuro.

A senhora vereadora Teresa Andrade tinha falado da alimentação dos animais depositada na via pública. Haveria que ter muito cuidado relativamente à questão da alimentação dos animais na via pública, tratou-se de um assunto muito debatido no regulamento do bem-estar animal. Teriam que ir ao regulamento do Bem-Estar Animal e transpor exatamente a mesma norma que, por lapso, não constava ali. Aquilo que referia no regulamento do Bem-Estar Animal era, “*tendo em conta a portaria que regula as questões do programa CED, os animais podem ser alimentados na via pública, sob certas condições*”. De acordo com o que constava na lei e não poderia proibir.

Precisavam de alterar a redação do artigo, fazendo a remissão para o regulamento do Bem-Estar Animal.

Alertou para o facto de a alimentação, na via pública, trazer consequências muito graves para a higiene urbana e para a salubridade. Poderiam achar que as pessoas iriam cumprir, que seria tudo maravilhoso, mas na realidade não seria, porque existiam casos graves na cidade, perfeitamente identificados. O Terreiro de Santa Maria era um exemplo grave, assim como nas traseiras da Praça do Brasil, nas traseiras do Bairro 25 de Abril, etc.. Denunciou a existência de um dos sistemas muito sofisticado para alimentação de animais, nas traseiras de um dos prédios, na zona do Monte Belo, um elevador específico para fazer descer a comida para os gatos. Tratavam-se de pessoas idosas e solitárias, que não tinham recursos para comprar ração e acabavam por dar os restos de comida aos animais. Aquele era um enorme trabalho social que se tinha vindo a fazer.

Aquela norma não deveria constar daquela forma, devendo estar em consonância com o regulamento de Bem-Estar Animal, caso contrário estariam contra a lei, por essa razão propunha que enviassem a redação daquele artigo e que pudessem votar o projeto de

regulamento, sabendo que iriam fazer a remissão para o regulamento do Bem-Estar Animal, caso todos estivessem de acordo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Pretendia valorizar muito o regulamento. Aquele regulamento tinha definições, novas técnicas, direitos, deveres, soluções diferentes e ajustava-se a um município que se estava a qualificar com mais regras, mais clareza e servia até para cada município ter condições, se necessário, contribuir para junto de outros puderem cumprir os regulamentos existentes. Era um bem notável para o Município de Setúbal aquela proposta, que colocaria a possibilidade de criar uma maior educação ambiental, salvaguardando a saúde dos próprios animais.

No caso dos animais no Terreiro de Santa Maria, o Pároco solicitou que a Câmara resolvesse o problema, por causa do tipo de comida que existia e a confusão que tudo aquilo acarretava. De acordo com a senhora vereadora Carla Guerreiro tinham sido feitas várias tentativas e levantadas várias alternativas, no entanto estavam a trabalhar na resolução daquela situação. Aquele era um regulamento que estava na linha dum município que se qualificava permanentemente e teria que continuar a qualificar-se, sendo que o debate público iria ajudar a melhorar.

Relativamente às referências feitas para com a Águas do Sado, tinha que vir a informação concreta da situação e a Câmara tinha o dever de resolver com a Águas do Sado. A Águas do Sado tinha o dever de informar a Câmara em caso de interrupções sempre que fossem superiores a duas horas, para que a Câmara pudesse investigar e intervir sobre a situação que tinha levado ao corte do abastecimento de água.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Questionou o senhor vereador Carlos Rabaçal, a quem as pessoas se poderiam dirigir para denunciar as anomalias.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou a senhora vereadora Teresa Andrade que as pessoas poderiam enviar a denúncia diretamente para o seu gabinete, além de se queixarem diretamente à Águas do Sado. O GAGIAS era um gabinete que tratava da relação com a Águas do Sado. Havia uma recomendação da União Europeia que proibia os cortes, considerando a água um bem essencial, independentemente do seu pagamento. Tinham estado a acompanhar aquela matéria, procurando seriedade e rigor nas coisas e sobretudo tentando perceber o que se estaria a passar. A Câmara tinha com a Águas do Sado uma linha aberta para situações de incumprimento, para que pudessem dialogar antes de iniciar o corte do fornecimento de água aos municípios e com aquela linha de contacto tinham resolvido muita coisa, em termos de criação de período de carência, em criação de planos de pagamento, foi feito todo um trabalho bastante interessante naquela matéria, incluindo com os bairros de habitação pública, onde aquela questão também se colocava.

A Águas do Sado era a entidade que teria que responder tecnicamente e em termos práticos, a Câmara tinha que acompanhar, supervisionar e verificar se as coisas estavam a correr nas devidas condições.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – A proposta poderia ser colocada a votação com a alteração do artigo 59.º, alínea h), a qual pretendia retificar. A redação teria que ser revista, porque haveria necessidade de fazer a remissão do regulamento do Bem-Estar Animal.

Sra. Presidente da Câmara – Caso todos estivessem de acordo, a senhora vereadora Carla Guerreiro faria a retificação, porque o regulamento tinha que ir para discussão pública durante trinta dias, e para que pudesse ir à sessão da Assembleia Municipal, prevista para o final de setembro, com a responsabilidade de mandar a retificação para os gabinetes dos vereadores.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Se conseguisse fazer a alteração no decorrer da reunião informaria os senhores vereadores.



Sra. Presidente da Câmara – Iria colocar à votação com a responsabilidade de retificar a alínea h), do n.º 1, do artigo 59º.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 274/20 – Proposta n.º 59/2020 – DCDJ/DIDES – Apoios Financeiros aos Programas de Desenvolvimento Desportivo Matriz 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 e 72.

Sra. Presidente da Câmara – Independentemente da pandemia e de algumas instituições terem estado paradas e sem terem feito algum tipo de atividade, a Câmara Municipal considerou a atribuição daqueles apoios financeiros.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Entendia que era de toda a justiça que aqueles apoios fossem concedidos. Na realidade havia verbas muito escassas para as coletividades e para os clubes, pelo que deveriam ser reforçadas e deveriam ser apoiados no momento em que a maior parte dos clubes e coletividades tinham as suas sedes sociais, onde desenvolviam atividades para recolha de fundos encerradas. Era de todo o interesse que fossem atribuídas verbas que eventualmente poderiam ser reforçadas, caso fosse possível.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – As coletividades estiveram paradas e não tiveram as despesas normais de transportes e de uma série de outras coisas, tiveram algumas despesas fixas, mas a maioria não teve. Aquilo era uma forma de manter um apoio num momento crítico, para o movimento associativo, mantendo a mesma matriz como se estivessem a trabalhar intensamente. Era sempre possível pensar em valores diferentes, mas aquele era o valor que teriam se tivessem em atividade e a fazer despesa. Tratava-se de um apoio real e substantivo em relação àquilo que era a atividade das coletividades e clubes durante aquele período. Era de valorizar e não de menosprezar. Era lógico que em relação aos valores, podia ser sempre muito mais!

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse à Senhora Presidente que tinha valorizado, e que se devia reforçar a verba, caso houvesse possibilidade para o fazer. Comparativamente a outras propostas aqueles valores eram baixos, não desvalorizou.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, nas alterações que estavam feitas, no ponto 4, percebia o que estava por trás, mas havia uma coisa que não entendia, porque não percebia a terminologia. Daí ter uma dúvida, que eram as *“entidades com gestão empresarial”*. O que é que se entendia como *“entidades”*? Achava que percebia o que era, mas, sinceramente, não sabia se esse termo existia mesmo, ou não. Daí estar a acusar a sua ignorância. Se, porventura, esse termo não existia, o que é que se entendia por isso? Isso era importante, uma vez que era uma exclusão.

A segunda questão eram *“os clubes e associações que tenham nos seus órgãos sociais dirigentes remunerados”*. Percebia o princípio que estava por trás disso. Concordava com ele. Logo, um dirigente renumerado até podia ser alguém que recebesse metade de um IAS - metade de um Indexante de Apoio Social -, por exemplo. Até podia ser que fosse muito necessário. Portanto, se não houvesse ali algum critério podia haver uma exclusão automática por trás disso.

Até porque havia certas instituições que, pela dimensão que tinham, até aproveitavam as pessoas que estavam e, às vezes, incorporavam-nas. Até podia ser uma pessoa que fizesse a limpeza do espaço, que dispensou a empresa que fazia a limpeza do espaço, fazia ela e recebia por causa disso - isso era um exemplo - e ficava automaticamente excluída.

Havia situações muito particulares em que podiam dar alguma flexibilidade. Nesses dois casos, o esclarecimento e a flexibilidade eram necessárias. Uma baliza, pelo menos, era necessária.

A Sra. Presidente solicitou ao Dr. Sérgio Matos que ajudasse a esclarecer a situação.

Dr. Sérgio Matos – Disse que ia tentar dar um esclarecimento, uma vez que essas duas alterações que tinham sido mencionadas tinham sido acrescentadas este ano. Quem estava por trás da revisão daquele documento era o seu colega Tiago Carvalho, que estava com o setor do associativismo e o seu chefe, Dr. José Pereira.

As entidades com gestão empresarial eram, ao fim e ao cabo, empresas que exploravam a atividade desportiva. Portanto, essas não eram elegíveis para aquele tipo de apoios. Aquilo era, apenas, dirigido às associações que tinham essa mesma constituição, de clube ou associação desportiva, existentes no concelho. Pensava que tinha sido mais para clarificar, a todos os interessados, quem se poderia ou não se poderia candidatar.

No caso dos clubes e associações que tivessem nos seus órgãos sociais dirigentes remunerados, era para tentar que o apoio que era atribuído pela Câmara Municipal fosse, efetivamente, direcionado para o desenvolvimento desportivo na sua base formativa de desporto, nos clubes do concelho, e não para dar azo a outras situações que podiam ser duvidosas. Havia pessoas que eram necessárias ao funcionamento das instituições, que o seu trabalho era muito válido e que, em muitos casos, se justificava um pagamento, mas sabiam que, noutras situações, poderiam surgir outras situações que fossem questionáveis, na aplicação daqueles.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha percebido o esclarecimento, só achava que se mantinha um espaço que podia excluir associações e clubes de uma forma injusta. Percebia o espírito por trás e até concordava. Achava que a letra que estava ali colocada devia ser um bocadinho mais esclarecedora e, num outro aspeto da exclusão, que era a exclusão por via de quem tivesse alguns remunerados. Quem ganhasse 50 euros ou 100 euros era remunerado, portanto, não havendo mais nada, estava excluído.

O que é que iam fazer? Excluía? Se excluíssem estavam a ir contra o que estava ali colocado. Portanto, devia haver alguma flexibilidade nessa matéria. Até, se fosse preciso, atribuir um critério subjetivo, no que dizia respeito a essa remuneração, ou, até, dizer que era um máximo de um IAS, de um Indexante de Apoio Social, por exemplo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação à vida associativa, no caso das empresas estava claro, a lei até proibía. Só que devia haver pessoal que tinha atividade empresarial e concorria na mesma para saber. Era para saber quer não valia a pena concorrer e fazer o pessoal perder tempo a avaliar as propostas que aí vinham.

Em relação aos agentes remunerados, isso era uma coisa muito sensível na vida associativa. Nas associações de carácter popular eram voluntários. As associações que tinham um certo nível financeiro e que tinham dirigentes remunerados estavam num patamar que não era o patamar do associativismo desportivo popular, estavam fora desse patamar. Portanto, era muito difícil irem apoios para essas entidades.

Acrescia a isso a questão que tinha sido colocada. A vida associativa era o que era, tinha coisas bestiais e coisas menos boas. Tinham situações de dirigentes – conhecia-as, da sua vida associativa e de contacto com a vida associativa - que viviam dos apoios da Câmara. Isso colocava um problema do financiamento aos dirigentes voluntários. Uma coisa era isso, outra coisa era eles terem um técnico a quem pagavam. Tinha que ser, tinham atividades que eram pagas, de treino, disto, daquilo, fisioterapeuta. Isso fazia parte da atividade desportiva. Agora, em geral, não era bem aceite na vida associativa portuguesa, tirando as grandes associações, que houvesse dirigentes remunerados. Nem fazia sentido, olhando para as associações, para a sua vida, para a sua atividade, para o seu financiamento, para as suas receitas e para o tipo de atividade que faziam e os custos que tinha essa atividade.

h

Portanto, achava que aquela medida era uma medida cautelar, que fazia com que quem viesse concorrer soubesse que, se fosse para pagar a dirigentes não podia. Essa medida era boa e era incentivadora do voluntariado no associativismo, porque uma das coisas mais perversas da vida associativa era o pessoal ir para o associativismo para ganhar uns trocos.

Não dava. Não era a vida associativa portuguesa, era outra conversa qualquer.

Isso era gerador de coisas muito complicadas, que destruíam mesmo associações, tipo: *“Dirigente, tu que recebes, trabalha tu.”* Numa direção de 18 pessoas, 15 pessoas, 13 pessoas, 9 pessoas, conforme os casos, o que recebia que trabalhasse e os outros iam-se embora para casa. Tinham mais que fazer, porque o outro é que recebia.

Mesmo em termos de cultura associativa, não era adequado. Naquele momento, em Portugal, tinham feito um trabalho muito sério, de um voluntariado real dos dirigentes. Depois, os outros voluntários era outra conversa.

Portanto, desse ponto de vista, parecia-lhe que aquela nota que ali estava, nas condições de acesso às candidaturas, era corretíssima, do ponto de vista, até, das ideias, do pensamento associativo. Achava que era muito correta.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que concordava com tudo o que tinha sido dito. Já tinha saído de associações por causa disso. A questão de que estava ali a falar era, precisamente, para que aquelas que eram necessárias não viessem a ser prejudicadas. Estavam a produzir um documento que era suposto ser o mais estático possível, não era só para aquela circunstância e para aquele neste momento. Dentro de 5 anos ou de 10 anos podiam estar outras pessoas que não eles a regerem-se por aquilo.

Portanto, queriam que aquilo estivesse correto, não era uma associação dizer: *“É pá, mas é que eu sei que aquele é remunerado. Ou ele sai ou entro eu”*. Era só para não criar esse tipo de vazios. Que não fosse naquele momento mas mais tarde, que era para não complicar, até porque já ia tarde. Criar uma baliza seria importante, porque havia balizas que se podiam criar, simples, precisamente para evitar essa perversidade.

Agora, daquela forma era muito genérico, porque as pessoas podiam usar as regras da Câmara contra clubes que até a Câmara queria, podia e devia apoiar. Isso podia acontecer, como estava.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquilo era o regulamento geral e era possível encontrar apoios especiais, específicos, devidamente fundamentados, fora daquele contexto. Era possível fazer isso - se isso se justificasse - e resolvia o problema que estava a ser colocado.

A Câmara tinha todas as condições para avaliar concretamente um caso concreto, um apoio concreto, uma linha concreta, se isso se verificasse, mas tinha que ter uma regra geral e, ali, era a regra geral e estava certa.

Sra. Presidente – Questionou o senhor vereador se sabia quanto davam ao desporto e à cultura, na Câmara? Cerca de um milhão de euros. Estava no orçamento. Pagavam mais que o Governo, que não dava nem sequer um por cento para a cultura. Na cultura, como sabia, não havia ministra, só se fosse para ver as coleções de Serralves ou para comprar alguma coleção de pintura para aumentar o espólio do Ministério da Cultura.

Na cultura não tinham dado, mas, em relação ao desporto - não era naquele momento, na pandemia -, davam o quê? Ao movimento associativo davam o quê? O que é que estava regulado em relação ao associativismo, ao movimento associativo desportivo ou cultural? Estava convencionado o quê? Davam o quê? No corrente ano tinham dado o quê?

Tinham ali 122 mil. Eram muito mais pobrezinhos do que o Governo, portanto, era um esforço muito grande, para vir o vereador dizer: *“Agora, deem lá mais uma coisita e tal.”* Pois, também gostariam de dar e davam a tanta gente. (O senhor vereador tinha dito que estava de acordo, mas que era bom se pudessem dar mais alguma coisa).

Pois, também gostariam, mas também tinha que levar a resposta: O seu Governo o que é que dava ao movimento associativo? O que é que dava ao desporto? O que é que dava à cultura?

Para acabar, tinha que dar aquela resposta. Quando se dizia que era pouco, se calhar, em comparação com outras câmaras que tinham outro orçamento, que tinham outra capacidade, era ótimo. Se calhar, noutras câmaras que tinham outra capacidade financeira, tudo bem. Agora, em relação à nossa câmara, já estarmos naquele patamar não era mau. Agora, de governos que davam zero, vir ali dizer: “- *Vocês estão a dar pouco, era bom que dessem mais...*”

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o sentido da intervenção do Sr. Vereador Fernando Paulino, provavelmente, não teria sido bem percebido. A questão era que, dentro do movimento associativo, quer desportivo, quer cultural, era, sem dúvida, importante que houvesse apoio dos municípios e não só, do mecenato e que houvesse mesmo a intervenção cívica dos cidadãos, que pudessem participar ativamente na vida das coletividades.

No entanto, havia que distinguir aquilo que eram as atividades relevantes pontuais daquilo que eram as atividades relevantes, como era o caso das associações que tinham atividade desportiva e que não tinham uma atividade desportiva pontual, tinham-na de uma forma prolongada no tempo, ao longo de todo o ano.

Já de seguida iriam votar e acreditava que iam aprovar e que tivesse o voto favorável de todos os vereadores, uma proposta de apoio de 4.500 euros - e bem, reforçava -, para a organização de um evento que durava dois dias, organizado por uma coletividade do concelho e bem. Ainda bem que esse apoio existia.

Depois, podiam comparar esse tipo de apoios, que eram relevantes, com apoios a coletividades que tinham atividade ao longo de todo ano e que recebiam 739 euros, recebiam 200 euros, recebiam 832 euros.

Portanto, tinha sido nesse sentido que o Sr. Vereador Fernando Paulino tinha feito a intervenção, em nome da bancada do Partido Socialista, reforçando que era, naturalmente, bem-vindo esse apoio, mas que seria importante que quem desenvolvia uma atividade ao longo de todo ano, uma atividade que era contínua, que não era pontual, pudesse ter apoios que fossem mais significativos, tão-somente isso.

Sra. Presidente – Disse que, então, ia explicar uma coisa. Estavam a falar da matriz. Exatamente por causa dessa matriz havia uma grelha a que as pessoas respondiam e era em função dessa grelha que as pessoas tinham o apoio. Nessa grelha, naqueles casos todos, a maior parte deles, estavam em instalações municipais. A água, a luz e a manutenção dos equipamentos a muitos daqueles que estavam na grelha eram pagos pela câmara. Estavam lá esses apoios.

Muitos deles tinham também atividades ao longo do ano, em que pediam palcos, pedia isto, pedia aquilo. Estava tudo na grelha da matriz. Portanto, não estavam a ser prejudicados. Estavam todos eles a receber mais do que recebiam antigamente, do que recebiam dois anos atrás, desde que, em 2018, se tinha feito aquela grelha.

Aquela atividade era de montes de pessoas que vinham de outros lados, a quem tinham que dar refeições, tinham que dar lanche e não-sei-quê. Era uma atividade pontual de uma série de pessoas, que vinham para aquela atividade.

Os outros todos tinham, ao longo do ano todo, a água, a luz, a rega dos campos, tinham isto e aquilo. Muitos deles, infelizmente, por causa da pandemia, não tinham tido atividade e tinham-nos mantido como se a tivessem tido. Tinha sido criada uma matriz e tinham dado como se eles tivessem tido a atividade.

Agora, aquilo custava a ouvir vindo de um partido que estava no Governo e que dava zero às pessoas.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perguntou à Sra. Presidente se achava que aqueles apoios eram relevantes e se eram suficientes. Era só isso que perguntava.

Sra. Presidente – Disse que nunca nada era suficiente e perguntou ao Sr. Vereador Fernando Paulino se achava que o seu Governo dava alguma coisa que se visse.

Na Constituição da República Portuguesa quem tinha que dar, quem tinha que fazer desporto e cultura, etc, era o Governo. Estava na Constituição da República. Quando se falava no Estado era o Estado Central, como o senhor vereador sabia, porque se falava lá nas autarquias. Era diferente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a Sra. Presidente tinha dito aquilo que tinha que ser dito naquele momento. Era uma grelha de apoios financeiros diretos, mas havia dezenas de apoios indiretos, em apoio técnico, em apoio logístico, em equipamentos, em tratamento de campos, etc. Era uma loucura, se somassem isso tudo.

Aliás, uma vez tinha tido uma experiência com uma coletividade - não tinha sido em Setúbal -, que tinha recebido uma verba à volta dos mil euros e tinha ido fazer um escândalo à câmara. Utilizava uma piscina, tinham ido ver quanto é que custava o uso da piscina e eram 15 mil euros. Tinham dito que não havia problema nenhum, davam-lhes mais dois euros e deixavam de usar a piscina e pagavam a piscina. Portanto, tinha acabado.

Era preciso perceber que aquela grelha traduzia só os apoios financeiros diretos. Talvez, fosse possível, era uma hipótese, trazer ali os apoios todos que cada clube tinha, de todo o tipo - apoio técnico, logístico, etc -, mais o financeiro. Então, ficavam com uma radiografia que ia ao encontro do que tinha dito a Sra. Presidente da Câmara, que era um milhão e tal de apoio à cultura e ao desporto e não aquela pequena verba que ali estava, que eram só os apoios diretos, mais nada.

Sra. Presidente – Disse que ainda havia outra coisa. Não ia referir o nome da instituição, mas havia uma instituição bem importante da nossa cidade que, a determinada altura, tinha reparado e tinha dito que não tinha apoio: “- *Aí, não? Está bem. Então, vamos tirar o contador da luz. - Vocês pagam a luz?...*” Essa instituição, de luz, por mês, custava cerca de 1500 euros.

Naquele momento, como pagavam eles, já percebiam qual era o apoio da Câmara. De luz, eram cerca de 1500 euros. Não percebiam que estavam a ter um apoio, que era a Câmara que pagava aquela luz. Estavam a ter um apoio de 1500 euros todos os meses, uma instituição que recebia verbas dos pais das crianças. Exemplos desses havia vários. Tinham começado a dizer: “- *Não. Vocês recebem mensalidades das crianças, porque é que nós temos que pagar a luz?*”. Havia muitas coisas dessas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 275/20 – Proposta n.º 60/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio ao XVI Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 276/20 – Proposta n.º 61/2020 – DCDJ – Fixação de preço de obra para venda ao público – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

h

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 277/20 – Proposta n.º 62/2020 – DCDJ – Apoio financeiro para obras de beneficiação da sede da União Desportiva e Recreativa Casal das Figueiras

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 75 e 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

38. Deliberação n.º 278/20 – Proposta n.º 21/2020 – DES/SEMAPE – Acordo de Colaboração para remoção de materiais de construção com amianto na sua composição da Escola Básica de Aranguez, Escola Básica de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e Escola Secundária Dom Manuel Martins, ao abrigo do Despacho nº 6573-A/2020, de 23 de junho

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 77 e 78.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que, não fazendo de repetição da discussão que tinham tido anteriormente, que tinha levado à aprovação da alteração orçamental que permitia à Câmara Municipal de Setúbal aceitar assumir o compromisso que há muito tinha assumido - apesar de um partido continuar a achar que o tinha rejeitado -, havia dois esclarecimentos que era importante fazer.

Pedia imensa desculpa aos senhores vereadores, mas iam perder um ou outro minuto que lhes permitiria esclarecer algumas questões acerca do que tinha sido dito e do que não tinha sido dito.

Ia passar a ler o comunicado de 28 de julho de 2020, assinado pela Federação Distrital do Partido Socialista, sob o título “Autarquias Comunistas Recusam Retirada de Amianto das Escolas no Distrito de Setúbal:

Conforme previsto no Programa de Estabilização Económica e Social, o Governo mobilizou fundos comunitários para, em conjunto com os municípios, retirar o amianto de 578 escolas do território nacional.

Cobrando 100% dos custos, as parcerias com os municípios viabilizam a agilização dos procedimentos sem qualquer encargo para as autarquias.

A Federação Distrital do Partido Socialista lamenta que, no distrito de Setúbal, haja escolas que vão continuar com amianto devido à recusa de assinatura de acordo com o Ministério da Educação por parte das Câmaras Municipais de Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra e Setúbal.

O distrito poderia estar num caminho de modernização e de saúde para todos se a opção das autarquias CDU não fosse a insistência numa gestão por contestação em vez de se colocar ao serviço das populações, servindo melhor as crianças e os jovens. Almada e Barreiro, que hoje assinaram acordos com o Ministério da Educação para a remoção de amianto, são a prova de que rejeitar a política da CDU é uma urgência para a melhoria da qualidade de vida deste distrito.”

Tinha sido contra esse comunicado, contra a mentira profunda que estava presente nesse comunicado, que tinham intervindo havia pouco, que tinham feito o comunicado que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito, que tinham falado com a comunicação social e que,

para dar mais prova do que tinha acabado de dizer, ia fazer uma pequena cronologia dos factos.

No dia 22 de junho de 2020 tinha reunido com o senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, sobre os termos em que estava a ser preparada aquela proposta. No dia 6 de julho, em reunião do Grupo de Trabalho Metropolitano de Educação, por unanimidade, todos os vereadores da Educação de todas as câmaras da Área Metropolitana de Lisboa, tinham discutido o despacho que tinha sido emitido e tinham discutido a preparação do aviso que estava para sair. Tinha sido deliberado por todos que o aviso não era publicado sem que os municípios se pronunciassem sobre os termos do mesmo. No dia 7 de julho tinha sido publicado o dito aviso, sem qualquer consulta aos municípios. No dia 14 de julho de 2020, véspera da reunião da Câmara, que tinha sido no dia 15 de julho, tinha recebido a proposta de protocolo. Como era óbvio, não poderiam tê-lo trazido a essa reunião. No dia 22 de julho de 2020, tinham recebido o convite para a dita cerimónia no Barreiro, da assinatura, que esse comunicado referia. No dia 24 de julho, telefonicamente, tinha informado o senhor Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo - se quisessem, até podia dizer a hora do telefonema - de que a Câmara Municipal de Setúbal, embora tivesse intenção de assinar esse protocolo, tal como já tinha solicitado o seu acesso e já tinha solicitado a existência do protocolo, que era o instrumento que nos habilitava a podermos efetuar as obras, embora tivessem essa oposição, embora considerassem que o aviso, da forma como tinha saído, era indecente como era, apesar dos termos do próprio protocolo, que consideravam que não eram os corretos, que tinham essa intenção mas que não iriam à iniciativa no Barreiro, porque entendiam que não era matéria que, do ponto de vista político, devesse ter o "show off" que estava a ser preparado.

No dia 28 de julho tinha sido a cerimónia dirigida pelo senhor Secretário de Estado Adjunto das Finanças e dos Assuntos Fiscais, e, no mesmo dia, a Federação Distrital do Partido Socialista, tinha emitido o comunicado que tinha acabado de ler.

Portanto, ficava clara a má-fé, a mentira e os objetivos que o Partido Socialista tinha tido com aquele comunicado, apesar de na Câmara Municipal de Setúbal terem esclarecido sempre todas essas matérias, de terem partilhado nas reuniões da Câmara as questões que tinham colocado, de terem chamado a atenção, no dia 29 de julho, na sessão da Assembleia Municipal, a questão de que o Partido Socialista não tinha querido saber e tinha querido continuar a ignorar, continuavam naquela reunião da Câmara com o Partido Socialista a tentar criar uma narrativa de que *"vá lá, sim senhor. Afinal, até acabaram por aderir ao protocolo e, assim, afinal, as coisas até foram..."* O que tinham feito tinha sido um jogo político. A CDU não tinha feito um filme político, tinha respondido àquilo que era a calúnia e a mentira.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não valia a pena entrarem na discussão, os factos eram conhecidos. Não tinham assinado o protocolo e tinham criticado o programa. Tinha sido isso que tinha sido feito, não defendendo nem tendo que defender. Como tinha dito anteriormente, havia muito tempo, embora, fosse solidário com o seu partido, com as tomadas de posição do seu partido, não respondia, obviamente, por comunicados da Federação do seu Partido nem do Governo do seu partido.

Era solidário, não respondia por eles. Estavam a discutir numa reunião da Câmara Municipal, relativamente àquilo que se passava e a assuntos relativos ao concelho. Portanto, não ia discutir política partidária nem comunicados, mesmo do seu partido, a nível federativo ou nacional.

Os factos eram esses. Tinha criticado o programa e não tinham assinado o protocolo e, agora, iam assiná-lo e bem, como já tinha referido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, embora a hora fosse muito adiantada, olhando para o protocolo, para as cláusulas 2.ª e 3.ª, aquilo era de bradar aos céus e a Câmara ia-se meter numa alhada. Estava previsto na cláusula 3.ª, alínea d), que a Câmara tinha que *"garantir o financiamento integral da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de*

dotações orçamentais inscritas.” Tinham que fazer a obra, tinham que cuidar de tudo e o Ministério o que é que fazia? Fazia uma coisa bestial, a pedido da Câmara, ajudava na definição do programa de intervenção, dava parecer e apoiava os órgãos das escolas. Isso era espetacular.

Achava que a alínea d) devia ser uma coisa do tipo *“compromete-se a candidatar-se ao aviso para obter financiamento para não-sei-qué”*, porque *“garantir o financiamento”* não dizia que era do aviso, embora na proposta, mais à frente, dissesse que era do aviso, mas aquele protocolo tinha vida própria, não levada colada a proposta que vinha à frente.

Aquilo era mesmo uma armadilha do arco-da-velha, mas, pronto, era assim. Se era assim que ia ser aprovado que fosse, mas que era uma coisa preocupante era. A alínea d) devia ser modificada, como tinha sido modificada a questão da adjudicação, etc.

Propunha que se alterasse a alínea d), porque não correspondia ao espírito do protocolo e traduzia uma obrigação que não era a obrigação que estava vertida no despacho.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que não podia estar mais de acordo com o seu camarada Vereador Carlos Rabaçal. Também tinham sido esses termos que tinham transmitido à DGESTE e ao Ministério da Educação. Deveria estar, de facto, *“garantir o financiamento nos termos da candidatura.”*

A aprovação daquele protocolo não significava que assinassem exatamente nos termos atuais. Era importante darem esse sinal. A alteração poderia ir a uma próxima reunião para ratificar, para, depois, levarem à Assembleia Municipal a alteração dessa alínea. Deviam trabalhar com o Ministério da Educação para corrigir os termos da alínea d), de facto, que eram...

Sra. Presidente – Disse que, por acaso, era interessante. Cláusula 3.^a (*“Competências do Município”*), alínea d): *“Garantir o financiamento integral da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.”* Pelo seu lado, o Ministério iria pedir, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a participação do Município na definição do programa de intervenção da remoção, daria parecer tempestivo sobre o programa e apoiaria os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas que integravam as escolas. Onde é que dizia que nos iriam pagar?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista iria votar favoravelmente uma proposta que a maioria CDU tinha apresentado, mas estavam a discutir a proposta que tinha trazido. Estavam disponíveis para votar a favor, mas não sabiam se a CDU estaria. Era uma coisa estranhíssima. Ficavam preocupados, não fossem votar favoravelmente a proposta da CDU e a CDU fosse votar contra a sua própria proposta.

Sra. Presidente – Disse que a proposta devia ser retirada, porque aquilo tinha que ser esclarecido com o Ministério.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que era adequado retirarem a proposta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era melhor que retirassem a proposta, concordava com isso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que estava previsto no enunciado do acordo de colaboração que aquele acordo se baseava no disposto do n.º 2 do Despacho n.º 6573A/2020, que era o mesmo que previa a cobertura a 100 por cento. No entanto, não eram esses os termos da alínea d) da cláusula 3.^a, como o senhor vereador tinha referido e a Sra. Presidente também tinha referido. Podia chamar a atenção ainda para outra coisa, o n.º 6 da cláusula 4.^a, que dizia: *“Sem prejuízo do estipulado nas alíneas anteriores, o incumprimento pelo Município, das responsabilidades constantes da cláusula 3.^a [que era toda] determina a resolução do presente Acordo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou*

indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.”

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha lido a proposta e a razão pela qual tinha colocado a questão naquele momento era para confrontar o Partido Socialista com um conteúdo que o Partido Socialista tinha que dizer se estava de acordo ou não. O Partido Socialista tinha que dizer se estava de acordo que fosse vertido ali que a responsabilidade financeira era do município. Estava de acordo com isso?

A proposta era para discutir e para confrontar. Portanto, o que estava em causa era, das duas uma, ou se retirava - como tinha dito a Sr.ª Presidente e muito bem - e iam discutir com o Governo, ou, então que se pudesse aprovar condicionado à alteração da cláusula tal e tal, no sentido tal e tal. Era assim. Como estava é que não podia ser, como deviam ter percebido.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que deviam ponderar a proposta que o vereador tinha feito, de votarem condicionado à alteração. Até dia 30 de outubro tinham tempo suficiente. Só precisavam daquele acordo para o procedimento de adjudicação. Portanto, tinham tempo para o fazer.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não estavam contra isso, até estavam a favor da proposta. No entanto, podia era sair outro comunicado à população, embora esperasse que não.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que queria perguntar era se o senhor vereador estava de acordo com aquele texto.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não ia responder a isso, porque a CDU é que tinha apresentado a proposta. Estavam de acordo com a proposta e iam votá-la favoravelmente. A CDU é que estava a retirá-la. Não tinham sido eles que a tinham trazido. Pelos vistos, a CDU é que ia votar uma coisa que não tinha preparado.

Já se tinha passado naquela reunião uma situação, que tinha ido aceitarem uma proposta de um nome e depois tinham votado contra. OK, era mesmo assim. Era normal, era natural e não discutia isso.

Agora, traziam uma proposta e chegavam à conclusão de que eram contra a proposta que tinham trazido. Era só por isso.

Sra. Presidente – Disse que eram contra a cláusula 2.ª e a alínea d) da cláusula 3.ª. Era isso que tinha que ser retificado.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, então, tudo bem, que se retirasse a proposta. Se fosse preciso votar a retirada também votariam favoravelmente.

Sra. Presidente – Disse que a proposta estava retirada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, então, não tinham decidido não fazer a destruição do amianto, tinham decidido reverter a proposta para outro dia.

Sra. Presidente – Disse que tinham decidido introduzir, no clausulado, a garantia de que o Estado lhes pagaria.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que, para o procedimento que tinham que fazer, a outra proposta que tinham aprovada era a importante para aquele momento. Era essa proposta que lhes permitia avançar, não era aquela.

39. Deliberação n.º 279/20 – Proposta n.º 22/2020 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019-2021

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

40. Deliberação n.º 280/20 – Proposta n.º 13/2020 – DAAE/DIAES – Denúncia de protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Centro de Estudos de Direito do Consumo

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 80 e 81, não tendo havido discussão.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

41. Deliberação n.º 281/20 – Proposta n.º 03/2020 – GAV PSD – Medidas excecionais e temporárias de apoio aos munícipes no âmbito da infeção epidemiológica COVID-19, a adotar pelo Município de Setúbal – em matéria de apoio à habitação

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 82 e 83.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que presumia que a proposta se referia a todo o universo dos habitantes de Setúbal. Era essa a proposta.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que a proposta estabelecia um critério que era semelhante àquele que estava no Regulamento da Habitação, se não estava em erro, de 2 anos de residência em Setúbal. Portanto, não era o universo na totalidade. Havia, efetivamente, um critério que era estabelecido, que era semelhante ao que estava presente no regulamento. Se não estava em erro, era quase todo igual. Até tinha ido buscar alguma dessa terminologia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que 300 mil euros ia-lhes criar um problema sério, porque não resolviam nem um terço do problema de perda de rendimentos das pessoas no concelho, seguramente. O mecanismo que estava montado custava mais que 300 mil euros. A seleção, o acompanhamento, a equipa, os técnicos, custava mais que 300 mil euros num ano. Portanto, a intenção da proposta, seguramente, seria boa, mas não via a sua exequibilidade no município.

Para a população mais carenciada, que estava na habitação pública, tinham encontrado múltiplas soluções de apoio. Aliás, como o senhor vereador sabia, o sistema de renda apoiada obrigava a um ajustamento permanente do valor da renda, em função dos rendimentos. Cada vez que baixava o rendimento baixava a renda, cada vez que subia o rendimento subia a renda.

O apoio que o município dava a esse conjunto de pessoas, no concelho, andava à volta dos 4 milhões e 100 mil euros por ano. Isso era a diferença entre a quantia que deveria receber e a

renda que, realmente, recebia. Era um esforço muito grande, que mantinham, mas, em situações muito críticas, o que faziam era haver um período de carência no pagamento das rendas. As pessoas não pagavam de todo. Aliás, naquele período do COVID, o que tinham entendido tinha sido que quem não pudesse pagar não pagava e não era prejudicado por isso.

Também tinham, porém, situações de atraso de renda. Não tinham muitas rendas por pagar. Tinham, até, uma situação muito interessante, que dava matéria de estudo nesse aspeto. Em Setúbal, sempre que havia um problema de atraso no pagamento ou de dívida, etc, faziam acordos de pagamento cuja característica era: “*Quanto é que pode pagar?*” Tinham acordos a 100, a 200 e a 300 prestações. Tinham acordos para pagamento para as pessoas que já cá não iam estar quando acabarem de pagar.

Portanto, tinham um mecanismo muito sólido, de apoio social, no caso das pessoas que estavam envolvidas na habitação pública, que eram pessoas altamente carenciadas, no geral. Aquela solução que estava a propor, insistia, com 300 mil euros iriam ter uma dificuldade do tipo daquela que tinham em relação à habitação pública. Tinha mil em fila para obter casa e não tinham casas. Com 300 mil euros, iriam ter muita gente na fila que não iria ter apoio. Essa era a primeira questão.

A segunda questão - insistiu – era que preparar, trabalhar aquele regulamento e aplicar aquelas regras que ali estavam era criar outro serviço de habitação. Aliás, tinham-se recusado a fazer isso. Os municípios todos do país tinham-se recusado a fazer isso quando o Governo - cria que do PSD – tinha criado um mecanismo, de cujo nome não lembrava, em que estava definido que tinha que ver com uma bolsa de habitação de rendas mais baixas do setor privado. Então, os municípios iam à procura de rendas baixas, selecionavam as pessoas e, depois, encaminhavam as pessoas, etc. Faziam uma série de coisas interessantes. Tinham visto que teriam que duplicar o serviço de habitação para fazer aquilo. Era o que aconteceria ali.

Portanto, aquela proposta não tinha condições, por razões de ordem financeira do próprio município, e, até, pela relação de injustiça e de uma certa violência que iria criar na incapacidade da Câmara responder e ter que, enfim, depois ter a crítica dura e justa daqueles que iriam ficar de fora, em pé de igualdade com aqueles que seriam apoiados.

O Governo tinha, para esse tipo de situações, medidas que tinha que implementar. O município não tinha condições para fazer isso. Portanto, aquela proposta estava prejudicada desde o início por inexecutabilidade, no universo concreto, que, por acaso, não vinha descrito, mas que presumia que era grande. O universo que ali estava, de acordo com as tabelas, era um universo grande e não via que pudessem ir por aí.

Tinha muita pena, mas não podiam mesmo ir por aí. Tinham as respostas sociais todas que estavam em cima da mesa, o subsídio de desemprego, os apoios sociais diversos. Aliás, tinham trabalhado intensamente com a Segurança Social. Reunia todos os dias com a Segurança Social e todos os dias discutiam esse assunto, no quadro do grupo de trabalho distrital que estava a acompanhar a pandemia, em que tinham o “*feedback*”.

A informação que tinham – aproveitava para dizer isso - da Segurança Social era que ninguém tinha necessidade de passar fome, a Segurança Social tinha aumentado 100 por cento a sua resposta alimentar e tinha aumentado, numa percentagem muito elevada, todos os apoios que dava naquele momento, portanto, cumprindo o seu dever.

Naquele momento, qualquer situação que se encontrasse de fragilidade económica ou social, a Segurança Social afirmava que tinha condições de resolver. Portanto, esse era o caminho. A Segurança Social é que ia resolver a resposta social aos problemas sociais criados pela pandemia. Essa era a decisão que estava tomada e era nesse caminho que estavam a trabalhar.

Aliás, aproveitava para dar um esclarecimento relativamente aos sem-abrigo, em Setúbal não tinham crescido muito, no entanto tinham duplicado o número dos sem-abrigo, o que parecia um paradoxo. Setúbal tinha uma resposta da Cáritas para os sem-abrigo e por essa razão começaram por chegar os sem-abrigo de Almada, Barreiro e de outros municípios de proximidade cujas instituições que não tinha a mesma capacidade de resposta como tinha

h

Setúbal. Os municípios que tinham respostas por parte das instituições, recebiam por orientação da Segurança Social os sem-abrigo. Também tinham outros sem-abrigo em Setúbal que na Cáritas lhes chamavam os sem-abrigo de imigração, que eram sobretudo de Lisboa, uma vez que em Setúbal existiam muitas casas devolutas, servia como uma "carta de chamada". Aquela situação tinha sido alertada pela Dra. Clara, pela forma como os sem-abrigo permaneciam em Setúbal, mesmo sendo oriundos de outros municípios. A peça televisiva não tinha explicado devidamente a situação, no entanto a Cáritas tinha os dados muito precisos sobre a realidade dos factos.

As questões sociais do COVID tinham uma clara orientação, todo o sistema de proteção e socorro, todo o sistema de acompanhamento do COVID, todas as instituições estavam a direcionar para a Segurança Social, que posteriormente delegava numa série de outras instituições para que pudessem dar resposta ao pedido das pessoas, tendo aberto a chamada Via Verde para o subsídio de desemprego e a Via Verde para o RSI. Através daquele sistema poder-se-ia resolver parte do problema, enquanto que os 300 mil euros, dentro naquele universo era uma migalha para resolver o problema, sendo que iria ter custos tremendos para a Câmara ao envolver-se naquela situação, fazendo o papel da Segurança Social. Independentemente da bondade e da intenção da proposta, a mesma não deveria avançar pelos fatores que tinha acabado de expor, não lhe parecia plausível que a proposta pudesse avançar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista não se opunha à proposta do PSD, sendo naturalmente a CDU quem fazia a gestão financeira do município e percebendo que, naquele momento, não havia possibilidade financeira para acomodar um novo apoio social na habitação, no entanto, já existia legislação que permitiria a quem tivesse sofrido quebras nos seus rendimentos e que residisse em habitação arrendada, se pudesse socorrer de uma série de soluções, que permitisse aliviar o problema durante algum tempo. Aquela legislação impedia os despejos, impedia os senhorios de denunciar os contratos de arrendamento, impedia que as pessoas entrassem numa nova fase de procura de imóvel. Também existiam linhas de crédito junto do IRHU que permitiam uma taxa de juro zero, em que as pessoas se podiam socorrer em caso de dificuldade, para assumir aquilo que era o pagamento da renda.

Tratava-se de uma proposta que já tinha sido aplicada em muitos municípios, de todas as cores políticas, porque as questões sociais não tinham cor política, as questões sociais eram questões que tinham que ser resolvidas. Aquelas propostas já tinham sido aplicadas no momento em que tinha existido a fase de confinamento, tendo havido uma quebra de rendimentos, e em que foi necessário dar um apoio imediato às famílias. Por essa razão consideravam que a proposta do PSD vinha completamente fora de tempo, vinha com quatro meses de atraso, porque em abril teria sido a oportunidade ideal para que o PSD pudesse ter apresentado propostas, da mesma forma que o Partido Socialista também as tinha feito, no sentido de apoiar as famílias que tinham tido quebra de rendimentos, dificuldades em cumprir com o pagamento das suas rendas. Em abril tinha sido a fase em que todos tinham estado confinados, tinha sido a fase em que muitos tinham deixado de ter rendimentos, mantendo os encargos que já tinham assumido.

Verificou que artigo 4.º, nas regras de atribuição de apoio à renda, a proposta do PSD previa como teto de património mobiliário, teto daquilo que era a liquidez imediata ou praticamente imediata, de que o agregado familiar poderia dispor. Previa um teto para que o agregado se pudesse candidatar naquele apoio, 240 vezes o valor do IAS. Acreditava que o senhor vereador tivesse feito as contas da mesma forma que o Partido Socialista as tinha feito. Sendo o IAS em 2020, de 438,81€, um limite de 240 vezes o valor do IAS, significaria que uma família que tivesse património imobiliário (voltou a reforçar que estariam a falar de liquidez imediata ou quase imediata) no valor de 105.314,40€, assim poderia ter acesso a um apoio para o pagamento de uma renda de casa, de acordo com a proposta.

Não pretendia soar como preconceituoso, uma vez que não era, no entanto, um agregado familiar que tivesse liquidez imediata na ordem dos 100 mil euros ou 105 mil euros, poderia passar bem sem apoio social para a renda da casa.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que iria começar pela última parte da intervenção do Senhor Vereador Joel, porque era importante ter lido as definições. Se o vereador achasse que certificados de aforro, fundos de investimento e PPR se conseguiram vender e seriam liquidez, estaria enganado, porque naquele momento ninguém comprava ações. Se achasse que aplicações no banco e PPR eram consideradas poupanças das pessoas, que ao serem movimentados pudessem ser penalizados, estaria enganado, pois não seria daquela forma que se fazia. Sabendo que o senhor vereador pertencia ao setor da banca percebia perfeitamente aquilo a que se estava a referir.

Considerou muito espirituosa a apreciação do senhor Vereador Joel Marques no que respeitava àquilo que era o *"timing"*, quando terá dito: *"Há quatro meses atrás é que fazia sentido"*. A lei de há quatro meses atrás tinha sido prorrogada pelo Partido Socialista, por essa razão questionou o senhor vereador se não faria sentido aplicar naquela altura. Faria sentido prorrogar, porque a lei do Partido Socialista também tinha sido prorrogada. As moratórias eram uma bomba-relógio que tinham que ter uma solução para as pessoas sem rendimentos. O senhor vereador considerou que os rendimentos estariam acessíveis nos dias atuais, da mesma forma como estariam acessíveis algum tempo atrás. Vendia-se um imóvel, vendiam os PPR conseguiram ver-se livres das poupanças, passavam o dinheiro a prazo para os filhos e ficaria tudo bem. Não havia problema nenhum, não havia crise!

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se já tinha experimentado em ir a uma discoteca, ir a um restaurante ou visitar determinadas atividades culturais e recreativas. Questionou ainda se conhecia as restrições existentes, se sabia quantas pessoas estavam em *lay-off* e quantas pessoas não estariam a receber o seu ordenado.

Não pretendia criticar o Governo do PS sobre a COVID-19, mas alertar sobre os efeitos económicos da COVID-19 e das restrições que existiam, porque na realidade ainda existiam. Ter dito que a proposta de apoio social não era importante naquela altura, mas há quatro meses atrás, quando o Governo do senhor Vereador Joel Marques tinha renovado a proposta e quando o país estava como estava, era uma vergonha. Por essa razão sentia-se revoltado com as palavras do senhor Vereador Joel Marques e sugeriu ao senhor vereador que acordasse para a realidade.

Normalmente dava-se muito bem com o Partido Socialista, mas a intervenção do senhor Vereador e a questão do *"Chega"*, da qual tinham estado a falar era muito simples e por isso iria dar uma explicação. A falta de irrealidade e de perceção por parte do senhor Vereador Joel Marques daria azo a populismo. A forma como o senhor vereador interpretou aquela proposta era digna de ter medo, medo de uma pessoa como o senhor que era daquela área, que normalmente dava-se ao trabalho de analisar os orçamentos, mas que terá dito que não seria necessária uma medida social. Podiam escolher as medidas sociais, mas dizer que elas não seriam necessárias no momento atual transmitia-lhe algum medo. Medo de ver quem ali estava sentado e que não terá pensado bem nas palavras, porque sabia que o senhor Vereador Joel Marques era uma pessoa competente e normalmente não pensava daquela maneira e tinha muito respeito pela forma como pensava e habitualmente intervinha. Por essa razão considerava que o senhor vereador não tinha feito mais nada a não ser um simples engano. Ter-se-á enganado em interpretar a proposta, ao ter feito referência ao *"timing"*, bem como sobre a análise da proposta. O senhor Vereador Joel Marques terá dito que a proposta estaria fora de *"timing"* e já não seria necessária, por essa razão sugeriu que olhasse para a realidade do país. Deveria ouvir o senhor Vereador Carlos Rabaçal, que elogiou o Governo do Partido Socialista, e referiu que a resposta da Segurança Social tinha aumentado, no entanto o senhor Vereador Joel Marques considerava que não era necessária.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques tendo em conta a resposta que existia no momento, qual seria a que contemplaria o apoio à renda em função de perda de rendimentos,

de uma forma rápida e célere e qual seria a medida do Governo que fazia com que aquela proposta fosse redundante.

Tratava-se de uma proposta que estava em vigor em vários concelhos, inclusive do Partido Socialista, em que ainda decorriam candidaturas, em que as pessoas estariam a receber apoios, mas que o senhor Vereador Joel Marques considerava redundante e não seria necessária. Estavam a viver tempos que nunca tinham vivido, deveriam ser mais humildes e ter capacidade de perceber que todos os contributos que existiam seriam necessários. Poderiam concordar ou discordar, mas na construção do pensamento daquilo que escolhiam, do certo ou errado, certamente já haveriam construído alguma coisa.

A postura do senhor Vereador Joel Marques tinha sido péssima, a análise naquele dia tinha corrido mal ao senhor Vereador Joel Marques. Independentemente do que viesse a dizer, o melhor que teria que fazer seria tratar-se.

Sobre a questão mencionada pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, percebia o que tinha dito, percebia a questão que colocava sobre as escolhas, porque na realidade tratou-se de uma escolha política. Podiam-lhe dizer que 300 mil euros era pouco, teria que ser muito mais e admitia que o senhor Vereador Carlos Rabaçal entendesse bastante daquela área, ao ponto ter dito que seria necessário muito mais do que aquele valor. A questão de fundo passava pela decisão do município em aplicar, ou não, como medidas sociais. Entre as coisas que o senhor Vereador Carlos Rabaçal falou, tinham registado que não pretendia fazer aquela política social e considerava que a mesma teria que ser executada pela Segurança Social. No entanto, a questão de fundo é que a resposta não existia. Tinha preferência que a resposta viesse de um Orçamento de Estado ou melhor ainda, da União Europeia a financiar o Orçamento de Estado, mas como a resposta não existia, muitos dos municípios montaram aquele tipo de dispositivo que considerou de muito pertinente. O que estava ali em discordância, entre aquilo que era a visão do senhor Vereador Carlos Rabaçal e a sua, era uma visão política, era uma visão de escolha. Poderiam ter musculado mais a proposta, que de acordo com a análise do senhor Vereador Carlos Rabaçal, não concordava que o orçamento da Câmara Municipal fosse utilizado para aquele tipo de medidas sociais. Tinha sido uma discordância política, a qual terá percebido, quanto ao resto estaria mais do que registado.

Se senhor Vereador Joel Marques quisesse responder, esperava não ter que responder de volta, quanto ao senhor Vereador Carlos Rabaçal percebia a discordância, tal como tinham tido em várias outras propostas do PS, PSD e PCP.

Sr. Vereador Joel Marques – Nunca tinha pensado em ter que explicar ao PSD o funcionamento do mercado financeiro, mas havia sempre uma primeira vez para tudo. Iria repetir aquilo que tinha dito no início da sua intervenção. O Partido Socialista não se iria opor à proposta do PSD, o que era uma afirmação que em si mesmo o senhor Vereador Nuno Carvalho não a terá percebido ou terá optado por se concentrar noutros aspetos da sua intervenção. Era uma afirmação, que em si mesma encerrava aquilo que seria o sentido de voto do Partido Socialista, relativamente àquela proposta e ia ao encontro daquilo que era a opinião do Partido Socialista sobre a necessidade de propostas de apoio social. Mas isso não inviabilizaria que uma proposta com aquele conteúdo fosse relevante no mês de abril, quando outras propostas foram apresentadas, nomeadamente quando a atual legislação tinha sido prorrogada. O fato de ter sido apresentada em agosto e não ter sido apresentada há quatro meses atrás, significava que tinha sido apresentada a destempo. Não que não fosse uma medida que consideravam ter relevância no contexto social e no momento em que todo o mundo atravessava, não apenas o país e não apenas o município de Setúbal, mas não deixava de vir fora de tempo, porque vinha atrasada. O senhor Vereador Nuno Carvalho poderia contestar as afirmações que quisesse da sua parte, poderia referir-se à vergonha da intervenção, se assim o entendesse, faria exatamente aquilo que entendesse. A proposta tinha o seu mérito, como já foi afirmado por todas as bancadas, mas vinha fora de tempo, com quatro meses de atraso.



O senhor Vereador Nuno Carvalho também sabia que as bolsas não tinham fechado, sabia que os PPR, certificados de aforro tinham regras que permitiam o seu levantamento, uns com penalização, outros sem penalização. Não deixam de ser liquidez imediata ou quase imediata. Quando se falava do mercado bolsista, falavam de liquidez imediata, podiam não recuperar, mas sabia certamente que os índices estavam muito próximos daquilo que estavam no início do mês de março, não tinha havido uma “décalage”. Aquilo que não deixava de ser relevante era o fato do PSD ter apresentado uma proposta, em que o Partido Socialista tinha insistido que previa quem tivesse possibilidade de obter liquidez imediata ou quase imediata, desde que tivesse um património líquido na ordem dos 105 mil euros, que pudesse ter apoio social. Entendiam que o apoio social não serviria para compensar ou para evitar perdas bolsistas de quem tinha feito investimentos. Lamentava imenso, mas por esse caminho não se iriam entender.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não pretendia entrar nas terminologias financeiras e muito menos explicar por que razão o ouro estaria a subir, no entanto, o senhor Vereador Joel Marques era muito bom em contas e como tal iria pedir-lhe que fizesse uma conta, que era saber quantas propostas o Partido Socialista tinha formalizado naquela reunião de Câmara de apoio à COVID-19 ou a medidas de apoio social. Questionou o senhor Vereador Joel Marques quanto ao número de propostas que tinham sido formalizadas pelo PS e que tivessem sido votadas em reunião de Câmara, relacionadas com a COVID-19, para apoio a medidas sociais, para que pudesse constar em ata.

Intervenção inaudível.

Sr. Vereador Joel Marques – Questionou o senhor Vereador Nuno Carvalho quantas propostas sobre a COVID-19, de apoio social ou de apoio às empresas foram formalizadas pelo PSD naquele município, mas que até poderiam alargar para o distrito. Questionou quantas propostas teriam formalizado desde o início da pandemia, mas se quisesse também as poderiam contabilizar.

Sr. Vereador Nuno carvalho – Disse que tinham feito só três propostas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinham feito dezassete.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que o PS tinha feito zero propostas e que era vergonhoso.

Intervenção inaudível.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Tinha sido muito curioso ter verificado aquela discussão entre o “pai” partidário das condições de recurso para os apoios sociais, que tinha feito com que, um “filho” tivesse determinados rendimentos, impedia que o “pai” pudesse ter acesso a terminados apoios sociais, estivesse a discutir com quem recusou retirar a condição de recurso aos apoios sociais, a um determinado apoio municipal. O Município de Setúbal, como todos os municípios e os governos de uma forma geral, teriam que refletir o que seriam apoios sociais enquadrados no âmbito de determinadas condições e determinadas situações, perda de rendimentos, outra coisa seria associar-se a uma doença. Uma doença que não se sabia quanto tempo iria existir, se iria deixar de existir ou associado a um determinado contexto legal determinado. Associar um apoio naquela fase, quando não se sabia do estado de pandemia ou do que quer que fosse. Tratava-se de um apoio resultante da COVID-19, não se sabia qual era o prazo e desconhecia-se a duração do mesmo. Fazia referência que era renovável por iguais períodos, mas não referia quais os períodos. O PSD estaria a propor que se criasse um apoio social aos munícipes de Setúbal, que tivessem perdas de rendimento por via de doença da COVID-19, mas não se sabia por quanto tempo. Questionou o senhor

h

Vereador Nuno Carvalho se tinha definido o tempo. Curiosamente o apoio não era destinado aos arrendatários, mas sim aos senhorios. Questionou se estaria salvaguardado num contexto em que se criasse uma situação de apoio a senhorios, que fizesse com que houvesse um mercado de arrendamento para vítimas de perda de rendimento de COVID-19. Tinha sido colocada em cima da mesa a possibilidade da questão da COVID-19 prolongar-se no tempo e poderem ter de conviver com aquela situação.

Intervenção inaudível.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que agradecia o esclarecimento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Não havia muitos municípios que tenham optado por aquela solução, exceto alguns e não era por acaso que não haveriam muitos municípios e a questão colocava-se no conjunto do país.

Era preciso olhar para a diferença de resposta social de cada município, tendo em conta a natureza do município e as suas circunstâncias. Conhecia municípios que faziam obras gratuitamente em casa de idosos com idade a partir de 65 anos, mas em Setúbal seriam preciso milhões, tendo em conta o número de idosos. Com a dimensão que Setúbal tinha, com a habitação pública que tinha e com o investimento que tinha não se poderia comparar a outros municípios que não tinham as mesmas realidades, não tinham o mesmo tipo de despesas, mas tinham outras folgas e outras soluções. A Câmara de Setúbal tinha a solução que era um apoio muito pesado.

O PS apresentou uma proposta com dezassete medidas de apoio diverso à COVID-19, dos quais quinze estavam em aplicação e duas seriam resolvidos pela Segurança Social.

A Câmara de Setúbal acordou com a Segurança Social encaminhar tudo para a Segurança Social que desde logo concordou, eles mesmo disseram que resolveriam tudo. Havendo no Governo aquele caminho, resolveu-se por essa opção enquanto a Câmara ia optando por fazer outras coisas e dando outro tipo de apoios. Cada um fazia aquilo que era capaz de fazer ou que poderia fazer e existia aquele tipo de entendimento que funcionava.

Sra. Presidente da Câmara – Normalmente o papel da oposição era sempre aquele de “*dar, dar, sem saber onde se iria buscar para dar*”, mas nunca criavam opções. Para a oposição a opção passava por baixar o IMI, dar uma série de coisas, mandar pagar dois milhões pelo Passe Navegante, porque mesmo em confinamento pagaram o Passe Navegante. A oposição considerava que se devia pagar tudo, no entanto a oposição não indicava a fonte para se puder pagar tudo aquilo que sugeriam.

Na realidade o PSD tinha apresentado três propostas enquanto o PS apresentou dezassete propostas.

Aquela proposta tinha cabimento, tal como tinha sido dito pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, se os recursos estivessem melhores, mas infelizmente os recursos não eram infinitos. Era preciso manter as condições de trabalho para os funcionários do município, era preciso mudar o telhado dos Paços do Concelho, porque deixava passar a chuva, muitas das vezes tinham que colocar baldes no Salão Nobre, para além de outras despesas inadiáveis e prioritárias, com diminuição da receita. Quanto mais depressa fizessem aqueles investimentos, como era o exemplo do novo centro de turismo, mais depressa teriam retorno.

Existiam entidades que eram responsáveis de uma coisa e outras que eram responsáveis de outras coisas. Naquele caso quem tinha aquela responsabilidade era o Governo, que estava a responder e bem, tal como foi dito pelo senhor vereador Carlos Rabaçal. O Governo tinha produzido muita legislação para proteger uma série de coisas, recentemente já se estavam a atrapalhar, mas ainda ninguém tinha sido confrontado com aquele tipo de pandemia e estavam todos a aprender a viver com aquela nova realidade, começando pelo próprio Governo, por essa razão não pretendia acusar ninguém.

Aqueles 300 mil euros não eram suficientes para o município de Setúbal. Ninguém imaginava as cartas que recebia diariamente. A última carta que tinha lido, tratava-se de uma mãe com

24 anos, com cancro da mama e com uma criança pequenina e que estava para ser despejada de sua casa havia quatro meses. Aqueles 300 mil euros serviriam apenas para aquela mãe e muitas mais poderem pagar as rendas em atraso e a situação era tão crítica que pessoas de outros concelhos lhes pediam ajuda. Considerava que aquela responsabilidade caberia ao Estado, que estava a cumprir. A Segurança Social no início da pandemia, tal como todos nós, andava numa fase de aprendizagem. Todos tinham ido para o terreno, arregaçaram mangas, as Juntas de Freguesia, as instituições, a Câmara Municipal e a Segurança Social, e deram de comer durante vários dias. Vários foram os cabazes de comida que haviam fornecido por dia nos primeiros meses, apesar de terem deixado de receber as rendas de concessões, de receber o valor referente à ocupação da via pública, e terem deixado de receber pela publicidade. Estavam agora a começar por receber paulatinamente, porque felizmente o município tinha os restaurantes a abarrotar, felizmente para eles e para o município e aperceberam-se que o negócio estava a evoluir num bom caminho. Só pela ocupação da via pública tinham deixado de receber uma receita substancial, mais de 1 milhão de euros. Significava que aqueles 300 mil euros era para o apoio social a muitas famílias, que não tinham outra forma de apoio, a não ser pela Segurança Social. Outra forma de apoio tinha que ser a Segurança Social, se tinham fome.

A Segurança Social, a determinada altura, é que tinha dito que os cabazes podiam ser parados por parte das juntas de freguesia e da Câmara. Tinha sido a Câmara que os tinha pago todos e os tinha distribuído com as juntas. Tinha sido a Câmara que os tinha pago e podiam ser parados. Três estavam fora dos critérios para a Segurança Social, mas a Câmara não tinha deixado as pessoas sem comer e tinha-os pago. Tinham sido centenas e a Segurança Social tinha dito que essas famílias estavam dentro dos critérios e que tinham obrigação de ajudar. Era a Segurança Social que apoiava essas famílias. Esse tipo de dinheiro era a Segurança Social que estava a apoiar. Tinha que se encaminhar as pessoas para lá, porque tinham recebido dinheiro para isso do Estado, de fundos comunitários. Tinham recebido dinheiro para isso.

Portanto, ao Município não podia ser assacado mais. Não conseguiam mais, porque tinham tido uma quebra muito grande na receita e tinham feito muita despesa em relação à COVID. Os resguardos para o atendimento das pessoas, as proteções, tinham sido todas em vidro, porque eram mais resistentes. O acrílico, quando se começava a limpar com o desinfetante, começava a ficar baço. Portanto, tinha sido mais caro mas ficava, não sabia até quando. Se ficasse para sempre também não havia problema nenhum, porque aquilo era resistente e estava bom. As pessoas também podiam contrair outras coisas. Só isso tinha sido cerca de 100 mil euros. O que ainda gastavam em EPI's, em material de proteção individual, eram rios de dinheiro e tinha que ser até não sabiam quando. Tinha que ser, isso era tudo da nossa responsabilidade.

Agora, as outras coisas percebia a intenção. Era boa, mas não dava para a cova. Daria para arranjar ainda mais problemas do que aqueles que já tinham, porque as pessoas não entendiam porque é que não tinham uma casa. As pessoas não entendiam, porque estavam aflitas, precisavam de uma casa. Dizer isso a pessoas que tinham casa e que estavam à beira de ser despejados era um pandemónio.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que não ia contestar isso, porque a apreciação política da proposta estava feita. Tinha a ver com as propostas que eram ali submetidas ou não. Tinha dado uma nota que era importante, que estava relacionada com o que se propunha ali, onde é que se ia buscar ou não.

Até diria que, de futuro – porque, naturalmente, iriam avançar sempre com mais respostas -, teria o cuidado de solicitar informação orçamental - se viesse a tempo, viria; se não viesse, tudo bem. Também não seria por aí, porque o que queriam era tentar dar respostas -, para poderem discutir com mais propriedade. Iriam fazê-lo, até encarava isso como uma sugestão. Não custava nada olhar para a execução orçamental, tinham as ideias privativas deles quanto a isso. Portanto, no futuro, solicitaria a execução orçamental, para poder dar nota dessa decisão.

Em segundo lugar, o PSD – e isso era importante que se dissesse, para ser justo com as pessoas que tinham ajudado – tinha apresentado, mais ou menos na mesma altura, 23 propostas de resposta à pós-COVID-19. Cada proposta que trazia à reunião da Câmara era um trabalho retirado dessas propostas, porque havia que dar uma certa dignidade quando havia esse debate, para permitir aquilo que tinha acontecido ali, discutir e esmiuçar e dizer onde se concordava e se discordava. Isso dava trabalho, mas consideravam que devia ser feito assim. Cada um fazia como queria e bem entendia. Não faziam apreciação política, mas considerando isso, essas respostas também tinham sido públicas e havia que ser justo para com as pessoas que tinham ajudado a fazê-las, porque tinham dado o seu mérito, tinham dado o seu tempo. Naturalmente que a forma como se trazia, ou não, à Câmara Municipal já cabia a cada partido. Eles preferiam fazer assim.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era só para dar os parabéns. Pelo menos, os objetivos tinham sido cumpridos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria e em minuta, com 7 votos contra, da CDU, 1 voto a favor, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Augusto Cruz – Disse que ia enviar para o Tribunal Constitucional toda a documentação da ação criminosa de que o próprio Vice-Presidente atual, assim como os ex-vereadores Duarte Machado e Eng.º Dâmaso, tinham sido os promotores, que correspondia ao artigo 369.º do Código Penal (*“Denegação de justiça e prevaricação”*). Aquele caso era igual ao de Rui Rangel. Quanto ao Vice-Presidente atual, já o tinha informado de toda a trama elaborada com a juíza Graça Fernandes. Pretendia uma indemnização à altura do facto consumado.

Sr. Jonas Bonaparte – Disse que vinha falar sobre o voluntariado no CROAC. Estava ligado à canicultura havia 20 anos. Falava-se no voluntariado mas, para lidar com cães assilvestrados, a Câmara tinha que ter pessoal competente no canil.

Concordava com a eutanásia, porque um animal estar fechado 6 ou 7 anos era matá-lo a pouco-e-pouco. Estar num canil municipal ou numa associação com 200 cães à volta gerava um *“stress”* anormal e o voluntariado não chegava.

A castração dos cães com problemas de socialização só era eficaz se fosse feita até aos 6 meses. Para ser bem-sucedido com um cão seu tinha tido que usar três coleiras de choque e ter 6 meses de treino. Não era o voluntariado que iria fazer isso.

Nos canis municipais, a maioria dos cães, ao fim de 6 ou 7 meses de estarem fechados, criavam problemas de socialização. Isso era muito bonito no papel, mas, depois, na prática, era uma coisa que não ia resultar. Era muito difícil.

A Câmara devia contratar pessoas eficientes e ter formação, para, depois, tendo uma equipa estruturada, um treinador poder ajudar na adoção, facilitando-a.

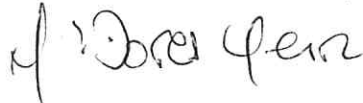
Sra. Presidente – Disse que agradecia o ponto de vista mas tinham que começar por algum sítio. Não havia aquele regulamento. Iam experimentar e, depois, começariam a retificar aquilo que, com certeza, não iriam fazer bem. Nada é que não era nada. Tinham que começar por algum sítio.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 2 de setembro de 2020, por unanimidade, contém 62 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes, Aldora Poeira,
Vitor Marcos e Helena Cabrita

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio